



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 23 - Nº 429 - DE 11 A 25 DE MARÇO DE 2012 - R\$ 3,00

Um chamado aos trabalhadores: é preciso preparar a resposta contra os ataques do governo e da burguesia, que pretendem despejar a crise sobre as massas



Eleições municipais: os partidos burgueses preparam a arregimentação das massas



Combater a ofensiva patronal e do governo contra as greves e lideranças



**Somente o povo sírio pode derrubar a ditadura de Bashar al-Assad!
Combater a intervenção imperialista e seus lacaios!**

Estudantes da USP: somente a greve pode impedir o avanço da repressão e as medidas elitistas/privatistas

Oposição revolucionária a Dilma

Presidente do Brasil reclama do “tsunami monetário” Mas o que irá fazer?

O desequilíbrio entre importação e exportação tem provocado reações de setores da burguesia industrial. As potências mergulhadas na crise de superprodução necessitam desencilhar suas mercadorias invadindo os mercados que ainda estão ativos, como o do Brasil. A trilionária emissão de dólares, euros, libras esterlinas e ienes vão muito além da proteção imediata aos bancos e seguradoras ameaçados de bancarrota. Configura uma medida de gigantesca expansão da massa monetária, calcada em baixíssimas taxas de juros e de enormes facilidades creditícias em seus países (Estados Unidos, etc.). Estima-se que os bancos centrais das potências descarregaram nos cofres dos bancos, desde que a crise eclodiu em 2008, 8 trilhões e 800 bilhões de dólares (US\$ 8,8 trilhões), o que equivale a 14,875 trilhões de reais, se convertidos a R\$ 1,75.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, já havia denunciado a “guerra cambial” promovida pela liberação de uma torrente de dólares pelo Banco Central dos Estados Unidos. Essa diretriz foi seguida pela Europa Ocidental, em 2008/2009 e agora, sob a justificativa de salvar os países comprometidos pelas “dívidas soberanas” e evitar a desintegração da Zona do Euro. Mais discreto, como se a bancarrota se limitasse à Europa, o Japão, engasgado pela maior de todas as dívidas públicas (233% do PIB) e vivendo a sofreguidão de ter de cobrir o déficit primário, emitiu US\$ 690 bilhões. A Inglaterra, que está fora da Zona do Euro, US\$ 507 bilhões. Assim as potências se defendem da crise de superprodução, da derrocada do capital financeiro especulativo e das denominadas dívidas soberanas.

Essa montanha de moedas lançada do alto dos Bancos Centrais sem a devida correspondência com a produção e o comércio mereceu de Dilma Rousseff o epíteto de “tsunami monetário”, que se avoluma e ameaça invadir as fronteiras nacionais do Brasil. Resultado: as moedas fortes se desvalorizam artificialmente perante o real, as mercadorias produzidas nas metrópoles ficam mais baratas em relação às produzidas no Brasil, as importações brasileiras avultam, enquanto que as exportações de manufaturas caem, uma revoada de papel moeda se desloca dos Estados Unidos, Europa e Japão em busca de investimentos, a especulação avança vorazmente e o parasitismo se agiganta.

O governo do PT está abismado com a virada na economia mundial e a inevitabilidade do Brasil pagar caro para sustentar o imperialismo e garantir a sobrevivência do capitalismo putrefato. Toda verborragia de “crescimento sustentável” acalentada por Lula veio por terra na gestão de Dilma. Diante do quadro tétrico, a mandatária brasileira discursa: “Sabemos que hoje as condições de concorrência são adversas. As condições de concorrência são adversas não porque a indústria brasileira não seja produtiva, não porque o trabalhador brasileiro não seja produtivo, mas porque tem uma guerra cambial baseada numa política monetária expansionista que cria condições desiguais de competição”.

A reclamação da presidenta do Brasil foi recebida com condescendência pela burguesia. Mas a anfitriã alemã, Angela Merkel, foi incisiva: as potências não tolerarão medidas protecionistas em suas semicolonias. O palavreado de produtividade da “indústria nacional” que,

na realidade, é em grande medida controlada pelas multinacionais e de produtividade do trabalhador brasileiro que, na realidade, é sugado pelo grande capital não faz senão acobertar o domínio imperialista e chorar aos seus pés, pedindo clemência.

Ocorre que, ao se intensificar o rompimento da dependência do papel-moeda de sua base produtiva, o imperialismo utiliza o capital financeiro como instrumento de saque dos países atrasados, semicoloniais e incapazes de se defenderem por meio de medidas capitalistas. A arbitrária expansão monetária distorce, deforma e desvia a função do papel-moeda de servir de meio de pagamento e regulador da circulação mercantil capitalista. Um punhado de Estados imperialistas, controlados pelo capital financeiro, impõe as condições de funcionamento do capitalismo que se desintegra à esmagadora maioria dos países. Isso se dá com a sobreposição dos monopólios e dos bancos às fronteiras nacionais.

A emissão de moeda em grande quantidade sem a correspondente base material da produção não é um fenômeno recente. O **Manifesto da Internacional Comunista aos Operários do Mundo**, de março de 1919, denunciava que “a desvalorização do papel moeda reflete a crise geral da circulação mercantil capitalista”. Explica que na fase imperialista do capitalismo a livre-concorrência havia sido varrida como reguladora da produção e distribuição e substituída pelo sistema monopolista, que por sua vez foi cedendo lugar ao poder estatal militarizado. Estavam dadas as condições para a 1ª Guerra Mundial.

Eis a constatação do marxismo: “Se a submissão total do poder estatal ao poder do capital financeiro levou a humanidade à carnificina imperialista, através dessa carnificina o capital financeiro conseguiu militarizar totalmente não só o Estado, mas também a si mesmo; e já não é capaz de cumprir suas funções econômicas básicas de outra maneira que por meio de sangue e ferro.” Conclui: “A estatização da vida econômica, contra a qual o capitalismo liberal tanto protestava, já é um fato consumado. Não há escapatória; é impossível voltar não só à livre-concorrência, como também escapar à dominação dos trusts, consórcios e demais polvos econômicos. A única questão que se coloca hoje é: quem organizará a produção estatizada, o Estado imperialista ou o Estado do proletariado vitorioso?”

Essa constatação do Primeiro Congresso da III Internacional fez 93 anos. A Segunda Guerra a confirmou integralmente. Depois de uma vasta destruição de vidas humanas e de riquezas acumuladas, o capitalismo se reergueu, sob a completa hegemonia dos Estados Unidos. Com a reconstrução e estabilização dos conflitos interimperialistas, a União Soviética estalinizada compareceu com o “socialismo em um só país” limitada pelo capitalismo mundial e caminhou para a desintegração.

O domínio norte-americano projetou a indústria bélica e entrelaçou-a ao capital financeiro em escala muito mais avançada. Sob sua proteção e vigilância, as potências européias e o Japão se recompuseram. Novas ofensivas de domínio colonialista foram promovidas em toda parte. Os monopólios e trusts se viram impulsionados sob uma férrea centralização mundial por meio dos Estados imperialistas e, sobre eles, pelo Estado norte-americano. A “estatização da vida econômica” ganhou proporções superiores à do período anterior à 1ª e

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

2ª Guerras.

Certamente, não era preciso que os Bancos Centrais, coordenados pelo Banco Central dos Estados Unidos, passassem a emitir trilhões para se verificar esse fenômeno típico do capitalismo imperialista. Porém, o coloca em evidência. De fato, a alta estatização das relações econômicas, nas condições de crise de superprodução, lança as potências a proteger o sistema financeiro e os monopólios com os meios disponíveis. Nota-se que já não se fala mais de neoliberalismo, Estado mínimo e liberdade total de mercado. Os Estados saem em defesa de seus bancos, corporações industriais e comerciais. Respondem às tendências da anarquia da produção social, que se manifesta, se prolifera e avança mundialmente.

A massa financeira de US\$ 8,5 trilhões emitida pelos Bancos Centrais das potências são apenas o reflexo da desintegração do capitalismo, que não tem como desenvolver as forças produtivas encarceradas pela apropriação privada da produção social. Os Estados imperialistas adiam o processo de quebra inevitável de grande quantidade de forças produtivas com a reativa expansão monetária e preparam o ataque às massas trabalhadoras e aos elos mais fracos da burguesia mundial, que é a semicolonial, prioritariamente.

A noção de que o Brasil estava se potenciando para a concorrência no mercado internacional e que agora se vê tomado pela guerra cambial serve tão-somente de confissão de que em última instância a economia brasileira depende do que o imperialismo faz ou deixa de fazer. Além disso, serve de confissão da impotência da burguesia semicolonial e do seu raquítico Estado nacional.

O que fará o governo brasileiro diante da política mundial do imperialismo de descarregar a crise sobre as semicolônias? Nada de significativo. Ou seja, não tomará medidas de soberania nacional, como a de estabelecer o monopólio estatal do comércio exterior, controlar o câmbio pondo fim à sua forma flutuante, estatizando grupos econômicos fundamentais, cancelando a dívida pública, etc. Limitar-se-á a comprar dólares, a taxar minimamente o capital financeiro externo, a jogar com a taxa de juro oficial (Selic), a subsidiar os exportadores e

Eleições

A hegemonia política do PT

O PSDB acusa o PT de pretender liquidar as oposições e consolidar seu projeto hegemônico de poder. Essa cantilena voltou ao palco na disputa eleitoral pelas prefeituras do estado de São Paulo, principalmente pela da capital.

A camarilha de Lula impôs a candidatura do ex-ministro da Educação Fernando Haddad, contrariando o diretório regional que tinha como certo lançar Marta Suplicy. A preferência se explica pela estimativa que Haddad é mais palatável para a classe média paulista. Além disso, o ex-ministro faz parte da corriola lulista. Marta Suplicy às vezes tem arroubo de independência. É o que se verificou ao reclamar da imposição, apesar de abrir mão de sua candidatura, e da tramóia que Lula e Dilma estavam fazendo para coligar o PT com o novo partido de Gilberto Kassab, o PSD. Um horror para os petistas de São Paulo que fazem oposição ao prefeito que se elegeu pelo direitista DEM e acabou cindindo-o para formar seu próprio partido.

Como iriam explicar para os filiados do PT e setores da Igreja católica, ligados aos movimentos de moradia, de moradores de rua, de creches, de camelôs, etc.? O prefeito Kassab não é o satanás bem vestido e de voz açucarada? Quem é que baixa o pau nas manifestações populares? O certo é que Lula não se guia por esses valores. Quer saber se o aliado tem uma poderosa máquina nas mãos para

nada mais que não sejam manobras de política econômica admitida pela tal da “comunidade internacional”, nome dado ao imperialismo. Com certeza, o governo de Dilma Rousseff sairá em mais socorro às multinacionais, como fez Lula em favor das montadoras.

O fundamental para a classe operária

O ponto de partida está em que a burguesia brasileira e seu governo não têm como defender a economia nacional perante o processo de desintegração do capitalismo mundial e a ofensiva do imperialismo sobre os países semicoloniais. No entanto, as massas continuam submetidas ao governo do PT, apoiado pela CUT, CTB, MST e em certa medida pela Força Sindical (FS).

O combate se dá em torno da tarefa de confluir o movimento operário, da pequena-burguesia e da juventude com o programa de transição que combina a luta pelas reivindicações elementares com a estratégia socialista e de desenvolver a sua organização independente. A fração industrial da classe capitalista se movimenta para canalizar o proletariado à política de colaboração de classe, que implica o apoio aos pleitos burgueses perante o governo.

As principais centrais, da CUT à FS, atuam nesse sentido. Colocam-se à disposição dos interesses do capital industrial e das multinacionais, renunciando às reivindicações, bandeiras e tarefas da classe operária. Mantêm, assim, os explorados desprevenidos e despreparados para reagirem à evolução da crise, ao ataque governamental aos direitos trabalhistas, às demissões em massa e ao rebaixamento salarial.

É necessário atacar a política colaboracionista da burocracia e as ações do governo burguês de Dilma Rousseff propagandeando, agitando e organizando a luta em defesa do programa de reivindicações defensivas e ofensivas contra a exploração capitalista. O agravamento da crise e a impotência do governo diante da burguesia internacional colocará na ordem do dia a luta antiimperialista, que uma vez desenvolvida potencializará o programa anticapitalista do proletariado.

ajudá-lo a ganhar as eleições. Pois bem, Kassab tem a prefeitura e um novo partido que não se arvora a fazer oposição radical, como o DEM e o PSDB.

Já estava quase selada a aliança, quando José Serra foi convencido pelo governador Geraldo Alckmin de que era a candidatura certa para quebrar as asas de Haddad, antes que começasse a ensaiar vôo. Imagine se a jogada de Lula desse certo? Se o PSDB perder a prefeitura de São Paulo, o PT avançará no seu projeto de hegemonia de poder. O DEM está desancado. O PPS do ex-estalinista Roberto Freire não passa de uma verruga na mão direita da burguesia. A bandeira da oposição, portanto, depende quase que exclusivamente o PSDB, que sente falta de fôlego.

O predomínio dos peessedebistas no Estado de São Paulo e em Minas Gerais forma o seu aparelho respiratório e circulatório. Está aí por que José Serra teve de se rebaixar e aceitar a incumbência de derrotar Haddad.

O Sr. Kassab esperou o impasse do PSDB chegar à cumeeira para ajudá-lo a finalmente decidir barrar o projeto hegemônico de Lula. Estaria com José Serra a qualquer preço. Se não fosse assim, ficaria com Haddad. Há quem diga que o PT também jogou com o Kassab para trazer o candidato a presidência derrotado por Dilma para a dis-

puta. Haddad, em um ato de consolo, declarou que é melhor para sua candidatura polarizar com Serra. O fato é que assim tem funcionado a política burguesa no Brasil.

O PT conseguiu se tornar uma máquina eleitoral unindo-se com o maior partido oligárquico, o PMDB, com os pretensos partidos ideológicos como PSB, PDT e PCdoB e com a escória evangélica do Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido da República (PR) e Partido Social Cristão (PSC). As condições econômicas favoráveis permitiram que o caudilho Lula fizesse do PT um eixo em torno do qual giram os aliados e a enfraquecida oposição. Se não fosse assim, seria muito difícil o governo petista contar com o apoio mais ou menos irrestrito de sindicatos, centrais, do MST e do movimento urbano.

Para os exploradores, é conveniente um governo que administre o Estado em favor dos seus negócios e mantenha a classe operária caçada. O PSDB não tinha como cumprir esse papel. O DEM não deixou de ser o partido de uma fração da oligarquia regionalizada simplesmente porque mudou de nome, antes se chamava PFL. Mantém-se grudado no PSDB.

A divisão encabeçada por Kassab acabou por reduzir sua importância, regionalizando-o ainda mais. O PT, no entanto, tem pouco tempo de vida no poder. Não passou por nenhuma séria dificuldade advinda da crise mundial. É bem possível que a grande burguesia o abandone logo que os desequilíbrios tomarem conta do País, agravarem-se as disputas interburguesas e a luta de classes ocupar o primeiro plano na política.

O PSDB necessita manter o controle de postos-chaves, como os do Estado de São Paulo e Minas Gerais. Mais à frente, poderá se recompor com o PMDB e atrair outros partidos, como o PSB e PDT, para substituir o PT. Ou então o PMDB se capacitar para cumprir essa tarefa, com a ajuda do PSDB, etc.

As eleições municipais são importantes para as eleições presidenciais e estaduais de 2014. O risco que o PT correu com Dilma concorrendo com Serra mostra que a disputa pelo poder federal continuará difícil. Poderá provocar reacomodações. A aliança que garantiu o governo de Lula vem se decompondo em torno das disputas por cargos e pelos escândalos de corrupção, que derrubaram seis ministros. O PMDB, igual ao PSDB, questionou em um manifesto a interferência de Dilma em favor de candidaturas petistas, alegando a arquitetura de um plano de hegemonia. O PDT, depois de perder o ministério do Trabalho, acirrou as críticas à política econômica do governo. O deputado e presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, se comporta mais como opositor do que como aliado. Em alto som, o burocrata ameaça se aliar ao PSDB na disputa paulista. O PSDB aproveitou a crise do ministério do Trabalho e a queda de Carlos Lupi, para abrir uma porta ao PDT. Geraldo Alckimin incorporou o burocrata sindicalista Carlos Ortiz, da Força Sindical, na Secretaria do Trabalho. Lembremos que uma das metas do PSDB é criar um braço sindical para fazer frente ao PT/CUT.

Observa-se que a tal da “hegemonia” do PT é provisória e dependente de uma coligação constituída sobre a base do fisiologismo e dos interesses particulares de camarilhas e chefetes. O que acabou de acontecer com o apoio de Kassab a Serra e com a necessidade de Haddad se socorrer de partidos evangélicos não é somente um sintoma do apodrecimento do PT, mas também um testemunho de sua fraqueza.

O petismo não tem vida própria, parte de sua existência está vinculada a partidos da reação. Os partidos evangélicos aproveitaram para ameaçar não se coligar com o PT em São Paulo com a justificativa

de que Haddad é defensor do aborto e dos direitos dos homossexuais. Sem o PSD, o candidato petista corre o risco de naufragar. Então, a tábua de salvação está com os obscurantistas. Dilma Rousseff recomendou a Haddad que concordasse com as posições das seitas. Mas fez mais, entregou a Secretaria da Pesca ao arqui-reacionário Marcelo Crivella, do PRB.

É impressionante como o PT que defendia o fim da opressão sobre as mulheres, os direitos das minorias, etc. cedeu aos partidos arraigados na opressão religiosa, que emana da sociedade de classes. Há petistas que alegam ser apenas uma tática para neutralizar a oposição que se utiliza da religiosidade da população para travar a luta política. Na verdade, todos os partidos usam os prejuízos religiosos alimentados pelas igrejas.

Dilma, nas eleições presidenciais, teve de assinar uma Carta de compromisso com as igrejas e seus partidos de que não iria promover uma lei que descriminalizasse o aborto e uma que reconhecesse o direito dos homossexuais de constituírem famílias. José Serra se valeu do movimento anti-aborto para arrancar votos da candidata petista. Logo, pode parecer que o PT não fez senão uma manobra tática assinando a Carta. Não é verdade. Houve claramente uma capitulação perante as forças que mais evidenciam o processo de opressão capitalista sobre as mulheres e homossexuais. Dilma acaba de dar mais uma prova de adaptação, certamente aconselhada por Lula, cedendo aos evangélicos para ver se ganha as eleições municipais de José Serra.

A maioria oprimida economicamente é também a maioria oprimida mentalmente. Todos os partidos da ordem capitalista estão obrigados a sustentar o edifício da opressão – uns mais abertamente, outros mais veladamente. É bom notar que aqueles que se velam com o palavreado dos direitos das minorias, direitos humanos, da inclusão social, como é o caso do PT, não pensam duas vezes em arrancar a máscara perante as forças que francamente defendem a opressão.

As eleições são tão-somente um mecanismo democrático que serve aos partidos burgueses em sua disputa pelo poder do Estado. O governo eleito recebe a incumbência da burguesia de gerenciar seus negócios, o que não poderá ser feito senão garantindo o funcionamento da exploração do trabalho e a apropriação capitalista das riquezas. O exercício do poder, nessas condições, corresponde a ações que expressam a ditadura de classe da burguesia sobre as massas exploradas e governadas. A disputa entre os partidos da ordem capitalista para conquistar a hegemonia política representa a busca da máxima unidade da classe burguesa para exercer a sua ditadura de classe.

Somente a construção do partido revolucionário no seio do proletariado poderá libertar a maioria explorada desse domínio político e ideológico. No campo das eleições as massas são joguetes para os partidos burgueses. Sob pressão do poder econômico, da massiva propaganda partidária, da intervenção das igrejas e do colaboracionismo sindical, os famintos não podem identificar seus algozes e são arrastados pelas promessas, etc.

Os explorados modificam suas relações com a classe capitalista e com os seus aparatos (partidos, igrejas, burocracia sindical) por meio da luta de classes, da defesa de suas reivindicações, da ação direta e da organização independente perante o patronato. Sem um partido enraizado no proletariado e comprovado pelo combate anticapitalista, as massas inevitavelmente são arrastadas atrás dos partidos burgueses. O PT não passa de um agente da classe dominante. Será no futuro próximo rechaçado e desprezado pelos oprimidos que acreditaram ter constituído um governo que lhes seria o salvador.

Pode fracassar a constituição da Frente de Esquerda em Natal

Para surpresa do PSTU e PSOL, o POR é quem mais empenho tem feito para que a Frente de Esquerda se forme sobre a base de um programa e de candidaturas classistas. Como superar os obstáculos que separam correntes distintas, mas que se reivindicam da luta socialista e do enfrentamento aos partidos da burguesia? Certamente, por meio de discussão e decisões coletivas, realizadas honestamente em plenárias. Não há outra via de se chegar a um acordo de tática eleitoral senão a da crítica político-programática aberta e franca.

A via dos acordos trançados entre cúpulas não possibilita estabelecer uma linha de intervenção revolucionária nas eleições, cujo objetivo primordial é o de expor para os explorados e a juventude o programa da revolução socialista, proletária. Os acordos para juntar forças em torno de votos e de tempo na mídia, que depois conclui cada partido e cada candidato falando o que bem entende em função da arregimentação eleitoral, não servem à tarefa de combater os partidos da burguesia, desmascarar o conteúdo de classe das eleições, contrapor-se às ilusões democrático-institucionais, desenvolver as bandeiras dos explorados e elevar a consciência revolucionária do proletariado.

É com essa compreensão que o POR tem se esforçado para a formação da Frente de Esquerda em Natal. Há uma questão fundamental, além do exposto. Uma Frente que se distinga por defender a independência política dos trabalhadores e da juventude e o programa genuinamente classista é um passo progressivo perante o enorme atraso das massas populares.

Por que então se corre o risco de a Frente não vingar? A disputa entre o PSTU e o PSOL pelas candidaturas se levanta como uma trava. Os morenistas saíram na dianteira com a propaganda de suas “pré-candidaturas” – Dario Barbosa, para prefeito e Amanda Gurgel, para vereadora – e condicionaram os resultados das discussões sobre a Frente de Esquerda. Não aceitam que as candidaturas sejam apresentadas na Plenária e submetidas à votação.

O PSOL se mostrou propenso a aceitar a decisão democrática, mas sua conduta é tomada pelo PSTU com desconfiança. Se não há um acordo de cúpula, não há Frente de Esquerda. É o que parece prevalecer.

Na propaganda, o PSTU divulga suas candidaturas e, ao mesmo tempo, convoca o PSOL e PCB a se unir. Diz: **Por uma frente de Esquerda. Defendemos a unidade com PSOL e PCB, em uma frente socialista, independente dos patrões. (...) O PSTU defende uma frente com o PSOL e PCB com um programa anticapitalista para governar Natal, com medidas que enfrentem os interesses dos poderosos, fazendo com que a prefeitura deixe de estar a serviço dos empresários.**

O PCB compareceu a uma reunião e não voltou mais, provavelmente vai seguir o PDT. O PSOL, por enquanto, aceitou discutir as divergências em plenário. Mas o PSTU logo começou a se esquivar. Caso confirme seu afastamento, ficará evidente que seu chamado a constituir a Frente só vale se resultar em um acordo por cima. Esse “método” tem caracterizado a formação de frentes anteriores, por isso nos parece que o PSTU não vai aceitar a democracia das plenárias e a discussão crítica.

Não nos opomos por princípio que as direções dos partidos se reúnam e discutam suas posições e pretensões, mas que não parem por aí. Que submetam seus acordos políticos e seus interesses eleitorais à plenária convocada amplamente nos movimentos e no meio operário. Se a intenção verdadeira for atuar nas eleições com **“um programa anticapitalista”** e **“com medidas que enfrentem os interesses dos poderosos”**, essa condição deve condicionar a unidade eleitoral frentista.

O PSOL é uma federação de grupos e tendências que mal se desvincularam do PT, por isso se apresenta com comportamentos distintos e contraditórios. Tem razão o PSTU em denunciar suas alianças com partidos da burguesia em alguns estados e sua propensão em negar-se a compor uma frente de esquerda. Mas em Natal, os psolistas não estão procurando aliados nas hostes patronais. Por que então não discutir o anunciado **programa socialista** e submeter as candidaturas a seu conteúdo revolucionário?

Vemos o quanto são prejudiciais as manobras eleitoreiras em nome da independência de classe.

O POR foi convidado a participar da reunião que iniciou a discussão da Frente de Esquerda, por iniciativa do PSOL, que certamente sentiu a necessidade de abrir um processo mais amplo. O cuidado que teve conosco foi o de alertar que seríamos bem vindos se não fosse para detonar a frente. Ocorre que se criou um preconceito de que os poristas são “abstencionistas”, que são contra participar nas eleições e que só querem atacar o PSTU. Os morenistas não escrevem essas coisas, mas as divulgam de boca em boca. Assim, falseiam o sentido das divergências.

Os trotskistas não podem ser como tal se não forem marxistas-leninistas. O que quer dizer, opostos ao anarquismo e a outras variantes do ultra-esquerdismo. Não temos nenhuma dúvida de que se deve usar a tática eleitoral e a tribuna do parlamento enquanto persistirem as ilusões democráticas entre os explorados e enquanto os partidos burgueses conseguirem arrastá-los por trás de sua política. Não obstante, também não temos nenhuma dúvida quanto à necessidade de combater o arrivismo eleitoral dos partidos de esquerda. Se o ultra-esquerdismo é prejudicial à causa socialista, o oportunismo não é menos danoso.

Vejam um problema inicial da discussão da Frente de Esquerda: esta foi dirigida aos partidos legalizados. Impôs-se ao POR reivindicar o direito de compô-la. O legalismo não tem nada a ver com o marxismo. A burguesia impõe condições institucionais para barrar a intervenção do partido revolucionário e de correntes pequeno burguesas da esquerda, consideradas radicais. O PSTU e outros partidos indesejados pela burguesia furaram o cerco, certamente por injunção conjuntural, que pode mudar amanhã. Lembremos que o PCB conseguiu se legalizar em 1945, ganhou relativa capacidade eleitoral, elegeu deputados e senador, mas imediatamente foi cassado. Por não ter um programa, uma política e por desfigurar o marxismo com o estalinismo, sentiu profundamente o golpe burguês e a ilegalidade. E observem que grande parte de sua existência sobreviveu na clandestinidade.

O POR não conquistou o direito democrático de atuar nas eleições com o programa revolucionário devido ao enorme atraso político do proletariado e ao seu lento desenvolvimento, permanecemos ainda embrionários. O PSTU, ao colocar a condição legal e ao selecionar apenas o PSOL e o PCB para compor a frente, se utiliza de uma arma discricionária, que é manejada em nome de uma suposta legitimidade. Essa posição mostra sua estreiteza como corrente que alcançou um grau mais elevado de desenvolvimento, parte dele sindical e legal. No Rio Grande do Norte, sua presença é pequena, agravada com uma dura cisão há alguns anos atrás.

A luta pela independência da classe operária em qualquer circunstância, mas particularmente nas condições eleitorais, exige a aplicação da tática frentista, que unifica todas as forças que se reivindicam da luta de classes - a frente eleitoral deve ser tão somente uma manifestação específica da frente única.

Por termos feito críticas e rechaçado as frentes eleitorais dirigidas ao PSOL e PCB, sem **um programa anticapitalista**, resolvida em negociata de cúpula, então somos acusados de sectários, abstencionistas, etc. O sectarismo é exercido também pelo oportunismo, quando dele precisa. Excluir as correntes não legalizadas é uma de suas facetas. O mais grave ainda é que o PSTU usa sua legalidade e seu tamanho para marginalizar os

seus críticos não legalizados.

A constituição da Frente de Esquerda em Natal, por uma circunstância que fugiu ao controle dos morenistas, criou a possibilidade de o POR mostrar que as acusações recebidas não passam de preconceitos. Nunca deixamos de demonstrar o quanto rejeitamos a concepção de Frente de Esquerda preconizada pelo PSTU. Nem por isso, nos negamos a discutir e organizar uma frente de intervenção revolucionária nas eleições. Não reivindicamos uma candidatura. Não temos interesse em usar a legalidade do PSTU e PSOL. Tão-somente defendemos que a Frente de Esquerda tenha um programa que permita separar os explorados dos exploradores, que suas bandeiras sirvam para a ação direta, antes e depois da disputa eleitoral; que suas posições possibilitem organizar os oprimidos em comitês de luta e que facilite o trabalho de elevar a sua consciência socialista. Se a frente achar que o POR deva inscrever candidatos, não nos furtaremos ao dever, mas não é nosso objetivo disputar candidaturas.

É com essa diretriz que lutamos para que não fracasse a formação da Frente de Esquerda. Apresentaremos na reunião do dia 10 de março uma resolução de intervenção nas eleições e com ela nos comprometemos lutar pela unidade revolucionária contra os partidos da burguesia.

Proposta de Resolução da Frente de Esquerda em Natal

As correntes PSTU, PSOL, POR e independentes decidem constituir a Frente de Esquerda para intervir nas eleições municipais, segundo os princípios e objetivos:

1. Defender a independência política e organizativa da classe operária e dos demais oprimidos perante os partidos da burguesia;
2. Empunhar um programa de reivindicações dos explorados, que tenha por objetivo estratégico o fim do capitalismo e a construção do socialismo;
3. Demonstrar aos explorados que somente a ação direta, coletiva, poderá arrancar da burguesia e de seu Estado as reivindicações;
4. Desmascarar as eleições e as instituições do Estado burguês como instrumentos de dominação de classe;
5. Contrapor-se à política que alimenta as ilusões democráticas de que a constituição de novos governos servirá aos trabalhadores;
6. Rechaçar a farsa de que por meio do voto os trabalhadores e a juventude oprimida podem constituir governos democráticos, que irão resolver o problema da miséria, saúde, educação, moradia, transporte e segurança;
7. Comprovar que a mais ampla e perfeita democracia no capitalismo não deixa de ser uma forma de regime político que serve à manutenção da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida;

A Frente se constitui sobre a base da seguinte compreensão:

1. É necessário defender com toda energia a vida das massas e contrapor-se ao regime de exploração do trabalho;

2. O capitalismo se decompõe na sua crise estrutural, liberando forças destrutivas que se convertem em barbárie social;
3. A burguesia defende seu regime econômico descarregando a crise sobre os explorados, aumentando a opressão sobre os países semicoloniais e destruindo forças produtivas;
4. O Brasil está profundamente envolvido pela crise mundial, cujos sintomas se verificam na queda do crescimento, volta das demissões, aumento do custo de vida, alta inflacionária e piora das condições de vida da maioria;
5. Os levantes de massa em várias partes do mundo indicam que os explorados não estão passivos diante dos ataques da burguesia. Os movimentos de resistência poderão passar para a ofensiva anticapitalista;
6. No Brasil, os explorados começam a ver que se esgota a expansão do emprego e a sentir que seus salários estão sendo corroídos pelo custo de vida.
7. Está colocada a tarefa de unir os movimentos da cidade e do campo em uma frente única de combate, que parta das reivindicações mais elementares à luta estratégica pela revolução proletária, socialista. Portanto, uma frente antiimperialista e anticapitalista;
8. As eleições não passam de uma situação em que se pode utilizá-la para defender as reivindicações que levam à necessidade da ação direta e da unidade das massas contra a classe capitalista e seu Estado.
9. A frente eleitoral das esquerdas cumpre um papel progressivo se servir de fato para separar a maioria oprimida da política burguesa e impulsionar a frente única de ação coletiva das massas.

Programa da Frente de Esquerda para as eleições municipais

Fundamentos programáticos

1. Os municípios correspondem a uma unidade de base do Estado burguês, portanto, prefeitos e vereadores servem de correia de transmissão da política econômica e social da classe capitalista;
2. Os municípios, de fato, não têm autonomia financeira e administrativa, dependem dos governos estaduais e do federal;
3. A política municipal corresponde à política dos partidos dominantes da burguesia e do poder econômico local;
4. A população dos municípios enfrenta situações particulares adversas de saúde, educação, moradia, transporte e segurança. No entanto, as particularidades não são senão uma manifestação local do que acontece no país como um todo.
5. A pobreza e miséria atingem a maioria. Excetuando a burguesia e a classe média alta, que constituem a minoria, o restante da população sofre todo tipo de consequência nefasta do regime de exploração do trabalho;
6. O drama diário da saúde, da educação, moradia, transporte, mortalidade infantil, criminalidade, etc. é um reflexo da sociedade de classe e assim deve ser tratado;
7. A solução dessas chagas sociais não se dará no interior do capitalismo, como prometem os politiquieiros da burguesia. Por isso, é preciso dizer claramente que é fundamental abolir a propriedade privada dos meios de produção e substituí-la pela propriedade coletiva, ou seja, abolir o capitalismo e substituí-lo pelo socialismo;
8. Os explorados necessitam se defender da barbárie estampada na situação das moradias, saúde etc. Trata-se de organizar as lutas operárias e populares pelas reivindicações.
9. A tarefa que se coloca é de desenvolver a organização independente da população explorada. Os bairros devem se organizar por meio de assembleias populares.
10. A Frente de Esquerda tomará todo cuidado para não alimentar a ilusão de que a conquista do poder municipal ou a representação na câmara resultará em solução desses grandes problemas.

Plataforma Programática

Saúde pública e gratuita

- Expropriação do sistema privado de saúde, estatização e constituição de um único sistema público, gratuito e controlado pelos trabalhadores;
- Reforma e Reabertura dos PSF's e construção de novos postos segundo a necessidade da população;
- Eleições diretas para diretores dos PSF's;
- Efetivação de todos trabalhadores terceirizado da saúde;

Educação pública e gratuita

- Sistema educacional único, público, gratuito em todos os níveis para todos.
- Expropriação e estatização da rede privada de ensino;

- Controle coletivo da educação por aqueles que trabalham e estudam;

Transporte público

- Fim do sistema privado de transporte.
- Expropriação das empresas privadas e municipalização dos transportes sob o controle dos trabalhadores;
- Gratuidade para os desempregados e estudantes.

Defesa da moradia

- Nenhuma família sem um teto.
- Todo apoio às ocupações.
- Expropriação dos terrenos ociosos, dos utilizados para a especulação imobiliária e das mansões desocupadas;
- Isenção do IPTU para os desempregados e para as famílias assalariadas que recebem menos que um salário mínimo vital;

Fim da miséria, da pobreza e da violência

- Emprego a todos: escala móvel de horas de trabalho.
- Trabalho e estudo a todo jovem. Uma jornada de 04 horas na produção e o restante dedicado ao estudo e lazer.
- Salário mínimo vital que corresponda às necessidades básicas da família trabalhadora;
- Dissolução da polícia, formação de uma milícia controlada pelas assembleias populares dos bairros, com poderes de julgamento;
- Constituição de Tribunais Populares para investigar os crimes da burguesia contra os explorados.

Apoio ao movimento camponês

- Fim da repressão ao movimento camponês;
- Revogação dos processos e perseguições aos sem-terra;
- Expropriação dos latifúndios e entrega das terras aos camponeses.

Direitos democráticos dos trabalhadores

- Liberdade de manifestação, organização, greve e ocupação;
- Revogação da lei anti-greve.

Sobre as candidaturas

1. A Frente de Esquerda se justifica como unidade política das correntes, sob a base de um programa, não simplesmente para aumentar o número de votos, mas para que os votos dos explorados expressem o programa e o método da ação direta, o mais próximo possível;
2. Os nomes aprovados para encarnar nas eleições o programa devem ser os mais capacitados para defender o programa e que sejam comprovadamente militantes avessos ao carterismo, ao arrivismo e ao personalismo pequeno-burguês;
3. O salário do prefeito ou do vereador está determinado pelo critério de não se receber mais que o salário médio do País;
4. As plenárias da Frente de Esquerda devem continuar existindo enquanto durar o mandato, de forma a materializar o programa e poder revogar o mandato de seu representante caso este rompa com os princípios, objetivos, método e programa.

O caos da saúde pública e a conciliação das direções dos movimentos populares

Unidade Básica de Saúde (UBS) sucateada

Se não bastasse a falta de saneamento básico e moradias precárias, os moradores dos bairros operários ainda por cima sofrem com o sucateamento e abandono das Unidades Básicas de Saúde, implantadas pelo governo estadual.

A UBS no Jardim Santo André foi construída para atender a uma parcela do bairro, quando este ainda estava em formação. Tinha uma capacidade inicial de atendimento para 30 mil pessoas. Com a expansão do bairro e a formação de outros no entorno, a UBS passou a atender aproximadamente 100 mil pessoas! Um verdadeiro absurdo!. Sem infra-estrutura mínima faltando desde remédios até médicos, é evidente que a UBS não atende quase ninguém. E quando atende os serviços são precários.

Todos os governos têm cortado verbas com a saúde, assim como da educação. Durante alguns anos de movimento popular independente no bairro lutando por melhorias, foi possível manter um pouco de assistência no posto da UBS.

Kassab fez um puxadinho do caos : criou as AMAs

O caos no bairro se instalou desde o início deste ano. Tanto na UBS como na AMA, falta de tudo, desde médicos a funcionários administrativos para fazer as fichas. Na UBS chegou ao ponto do único médico existente no plantão ter de fazer as fichas e atender os pacientes ao mesmo tempo. Faltam computadores e impressoras. Se o sistema cai, as pessoas têm suas fichas devolvidas e são obrigadas a retornarem noutro dia. Isso sem previsão de serem atendidas. As consultas médicas estão agendadas para setembro. As destinadas ao dentista, não têm previsão de agendamento, porque a cadeira está quebrada há meses.

O posto da AMA, por sua vez, só atende casos de emergência e de forma extremamente precária. Tem algumas enfermeiras e auxiliares para atender os usuários. Só tem um banheiro disponível para os usuários da UBS e da AMA. Isso porque o banheiro feminino está quebrado há seis meses.

Conselhos Gestores da Saúde: lideranças populares mantêm a política do governo

O Conselho Gestor de Saúde é formado por representantes do governo em paridade com os usuários, que no geral são as lideranças do movimento popular. Nos últimos anos, o Conselho tem auxiliado o governo no sentido de evitar que as reclamações e reivindicações dos trabalhadores sejam desenvolvidas com caráter de classe. Chegaram

ao ponto de defender a Lei do Conselho, que proíbe a participação dos conselheiros de organizarem e participarem de atos públicos de protesto.

Os petistas fazem parte deste Conselho Gestor. Estão submetidos à política do Estado burguês. Acatam as leis malditas que matam os trabalhadores e nos últimos anos evitam fazer mobilizações em defesa da saúde no bairro. Enquanto conselheiros, não ajudarão a convocar um ato no bairro denunciando todo o sucateamento da saúde. A proposta foi feita por nós da Corrente Proletária e aprovada na reunião de fevereiro. As lideranças populares, membros do Comitê Gestor, se isentaram dessa convocação alegando que a "Lei não permite que o Comitê encabece movimentos contra o governo municipal".

Como se vê, com o advento dos chamados Conselhos Gestores da Saúde, os governos conseguiram amansar e arrastar as lideranças dos bairros para apoiar sua política burguesa. Essas lideranças são selecionadas para serem os futuros cabos eleitorais ou aliados dos governos. As reivindicações dos trabalhadores são jogadas na lata do lixo. Só são lembradas em épocas eleitorais, quando são desviadas para o parlamento corrompido. Os tais vereadores e deputados eleitos pelo bairro, enrolam mais uma vez a população com os tais projetos de leis, que nunca saem do papel.

É preciso organizar a Corrente Proletária na Saúde para defender as reivindicações do bairro

A luta dos moradores do Jd Santo André por saúde, educação e moradia é antiga. Porém, como está adormecida, tem facilitado aos governos imporem mais sucateamento aos serviços públicos, e destruição da natureza, a exemplo do lixão e do rodoanel que foram impostos e jogados no morro. A barbárie está sendo aprofundada pelos capitalistas e seus governos, que destroem diariamente forças produtivas. Além do sucateamento dos serviços impõem o aumento do desemprego e dos baixos salários aos trabalhadores e à juventude dos bairros operários.

A luta de resistência depende de uma nova direção. Os antigos lutadores, em sua maioria petistas, foram cooptados pelos governos ou pelo regime opressor. Os novos que surgirem precisam de formação revolucionária, baseada num programa proletário de destruição dessa sociedade de opressão de classes.

A Corrente Proletária está impulsionando o movimento no bairro pelas reivindicações. Apesar de embrionária, tem defendido e ganhado apoio dos trabalhadores. É preciso fortalecê-la para desenvolver na prática essa luta.

Denúncias

Readmissão dos dirigentes sindicais e fim das punições

A multinacional Johnson&Johnson demitiu três dirigentes sindicais, Wellington Cabral, Eder José Costa e Sebastião Rubens de Moraes, e puniu com suspensão mais 8 diretores do sindicato dos químicos de São José dos Campos. A medida repressiva contra o sindicato se deveu à greve ocorrida no final de outubro. A paralisação foi total contra a imposição do banco de horas e a defesa de aumento real de salário. A força da greve impediu que o banco de horas fosse implantado e permitiu o reajuste salarial um pouco acima da inflação.

As multinacionais exploram ao máximo a força de trabalho e exigem maior submissão do sindicato. A greve convocada pelo sindicato teria de ser criminalizada. A forma empregada foi a da demissão dos dirigentes sindicais.

A classe operária não pode se calar diante das demissões de companheiros que estiveram à frente da greve. A greve é um instrumento do proletariado contra a exploração. É a via para impor as reivindicações coletivas da classe. A demissão e suspensão de dirigentes refletem a violência reacionária da classe capitalista contra a organização dos tra-

balhadores, que é o sindicato. É dever dos explorados exigir a readmissão e o fim das punições, bem como o fim de toda legislação antigreve.

Bosch, multinacional de autopeças processou cipeiros

A empresa processou 3 membros da Cipa e 4 ex-cipeiros. Exige uma multa de 100 mil reais. Justifica que o jornal “Cipeiros em Luta” faltou com a verdade. A verdade é que o jornal trouxe denúncias das irregularidades da empresa, desde as demissões até o não cumprimento de normas de segurança e saúde do trabalhador.

A Bosch vem fazendo um duro ataque à organização dos operários e exige que os cipeiros fiquem calados diante das demissões e do rebaixamento do piso salarial. Em 2010, suspendeu e cortou os salários dos cipeiros. Agora, exige uma multa impagável.

Os cinco mil operários da Bosch têm de se levantar em defesa dos companheiros punidos. O sindicato deve chamar assembleia para exigir o fim punição. Para quebrar tamanha ofensiva patronal, não há outra resposta senão a paralisação da produção.

O governo Dilma exige que a lei antigreve seja mais rígida no período da Copa do Mundo

O projeto Lei 728/2011 proíbe a greve em todos os serviços vinculados direta ou indiretamente à Copa. Obriga os sindicatos a avisar com 15 dias de antecedência sobre a paralisação. Caso venha ocorrer a greve, o sindicato tem de garantir 70% do serviço em funcionamento. E o governo fica autorização de contratar funcionários para substituir os grevistas. Ou seja, proíbe a greve de trabalhadores dos aeroportos, dos portos, dos hotéis, etc.

A aprovação do PL é uma das exigências da FIFA e dos empre-

Rondônia

Duas semanas de greve: nada de trégua para o governo

Os trabalhadores da educação do estado de Rondônia estão em greve, desde o final de fevereiro. Exigem do governador Confúcio Moura/PMDB o atendimento das reivindicações. Vários municípios do estado aderiram o movimento, entre eles o de Presidente Médici. Em Porto Velho, os professores aprovaram a greve. O sindicato (Sintero) não conduziu a unificação de municipais e estaduais. As negociações foram separadas. O prefeito petista tratou de apresentar uma proposta rebaixada e posou de democrático pedindo que os grevistas enviassem uma contra-proposta. O resultado foi a quebra da greve no município.

O movimento grevista na rede estadual continua forte. O Supremo Tribunal Federal (STF) decretou a suspensão da greve e indicou multa para o Sintero e para os diretores do sindicato, caso não acatassem a decisão da Justiça. A greve se potenciou e ampliou nos municípios. O Sintero recorreu e conseguiu a derrubada da medida judicial. Tem sido comum a Justiça punir as greves e cobrar multas aos sindicatos. A via para impedir tamanha intervenção é a mobilização. A Justiça só suspendeu a ação punitiva devido a força da greve. A reivindicação de fim das leis anti-greve é fundamental para a defesa da liberdade de manifestação e pelo direito de greve.

A manifestação massiva dos grevistas em Porto Velho, com caravanas de vários municípios, expôs o descaso dos governantes com a educação pública. Os baixos salários e as precárias condições de ensino atestam o quanto a educação vem sendo solapada pela política da classe dominante.

No mesmo dia, houve a reunião com os representantes do governador. O governo manteve a proposta de 6,5% de reajuste salarial, o que é uma miséria tendo em vista a elevação do custo de vida e o

sários ligados à Copa. Dilma e os parlamentares estão a serviço dos interesses dos capitalistas, que ganham rios de dinheiro com a Copa. Além de manter as leis antigreve, preparam um conjunto de medidas para sufocar a luta dos trabalhadores por salário e melhores condições de trabalho.

A burocracia sindical, ligada aos partidos que apóiam o governo - PT, PDT e PCdoB, se recusa a travar um combate contra o atual PL e as demais leis antigreve. Cabe à classe operária e aos demais explorados rechaçarem essas leis patronais.

Combater nas ruas a pretendida reforma trabalhista de Dilma

Veiculou nos jornais a notícia de que o Ministério do Trabalho está reformulando a CLT. Diz que o objetivo do governo é criar mais duas formas de contratação: a eventual e por hora trabalhada. Ou seja, mais liberdade para os patrões demitirem e mais facilidade para os contratos temporários.

Os capitalistas estão se preparando para a agudização da crise econômica. Por isso, exigem do governo alterações na CLT. Num País em que 50% da força de trabalho não tem carteira assinada, Dilma quer legalizar os contratos ultra-temporários e o pagamento da quantidade de horas de serviço. Para os empresários, é o prato-cheio. Quando precisam aumentar a produção, basta contratar e pagar apenas as horas.

A burocracia sindical mostrou-se desinformada e surpresa com a notícia e reclamou a não participação na discussão da tal reforma. Mas não mexeu uma palha.

O proletariado está adormecido, o que dificulta a reação contra a reforma pró-patronal.

arrocho de anos nos salários. Reformou a política de gratificação, a exemplo do professor em sala de aula que recebia R\$130,00 para R\$ 169,00, ou seja R\$39,00 a mais. Beira a humilhação! E prometeu mexer no Plano de Carreira para ajustar o “enquadramento de professores e técnicos administrativos”. Pior ainda: essa miséria ainda dependerá do chamado “impacto” na folha de pagamento. Por isso, adiou a reunião de sexta-feira e remarcou para segunda. Velho truque dos politiquieiros. Anuncia a proposta, espera o sindicato desmobilizar e marca outra reunião de negociação para anunciar se é possível ou não viabilizar a proposta, que é do próprio governo.

A direção do sindicato é carne e unha do PT, aí reside o problema. Nas negociações de gabinete, sem representação dos grevistas, a tendência é aceitar o rebaixamento das reivindicações. Daí a importância das assembleias e da greve nas ruas. Só a força da greve impedirá uma negociação às costas dos grevistas.

O boletim da Corrente Proletária trouxe como chamado: “nada de dar trégua ao governo. A unidade grevista e ações da greve são nossas armas para impor as reivindicações. Não aceitemos o rebaixamento das propostas. Vejam o que ocorreu no município de Porto Velho. É hora de fortalecer ainda mais nossa greve”. “Estejamos atentos, pois Confúcio Moura/PMDB é aliado de Roberto Sobrinho/PT”. “A conquista das reivindicações depende da força da greve nas ruas e não das negociações de gabinete”.

Unidade grevista, assembleias massivas e democráticas e ganhar as ruas num forte movimento contra a destruição da escola pública e pelas condições salariais e de ensino dos trabalhadores, essas são as bandeiras da Corrente Proletária nesse momento de greve.

Porque não foi aprovada a greve pela expulsão da PM e fim dos processos na USP

A assembleia de 08/03 deliberou pela suspensão da greve estudantil iniciada em 08/11/11. Os cerca de mil estudantes presentes votaram divididos, e a mesa decidiu pelo contraste, apesar dos protestos de muitos. Aprovou-se em seguida o chamado “indicativo” de greve, que como se sabe é, de fato, a não greve. Uma nova assembleia ocorrerá dia 20/03.

A interrupção da greve na prática ocorreu antes da assembleia, nos cursos

O ano letivo começou praticamente na normalidade.

A calourada teve como resposta das direções os festejos. O comando de greve, a quem foi atribuída a tarefa de conduzir a recepção dos calouros em lugar do DCE, limitou-se a preparar um único dia da semana e colocou como “centralidade” de sua atividade a realização da chamada “festa-protesto”. As correntes MNN e LER-QI se uniram nesse ponto: o de preservar o caráter festivo da recepção dos calouros, com um verniz de esquerda. O show só não foi ainda mais festivo e antimobilização porque o cantor Caetano Veloso, cogitado para cantar, negou-se a fazê-lo. As atividades políticas propostas pelo POR e independentes e aprovadas no comando foram boicotadas. O caráter festivo da recepção anulou a possibilidade de que os calouros se manifestassem pela mobilização logo no início das aulas.

A primeira semana de aula, ao invés de ser um momento de choque diante da ofensiva repressiva do governo/reitoria, começou com aulas normais. Isso porque o PSol e PSTU (que defenderam contra a greve na última assembleia do ano passado), com a ajuda da LER-QI, conseguiram fazer aprovar que a primeira assembleia só seria realizada na quinta feira, garantindo quatro dias de “normalidade” acadêmica e pressão dos professores contra a greve. As assembleias de curso, apresentadas como instrumento de democracia das bases, serviram para a preparação da suspensão da greve geral. Ao se realizarem simultaneamente às aulas, concorrendo com elas, não puderam expressar a mobilização nos cursos (ainda que tenham sido representativas), e votaram divididas pela suspensão da greve. É importante destacar a divisão das votações das assembleias porque mostram que uma parcela importante dos estudantes mostrou disposição para a greve imediata. Nas assembleias de curso, o PSol foi o franco defensor da suspensão da greve. O PSTU chegou a votar diferente em distintos cursos, de acordo com as necessidades eleitorais de disputa de aparato: onde estava em frente com o PSol, foi contra a greve; onde disputa a direção contra o PSol, votou pela greve. A LER-QI, que chegou a defender na assembleia das Ciências Sociais a greve, passou depois disso a defender sistemicamente a abstenção. Movidos pela crise de consciência de votar contra a greve, insistiam em que se encaminhassem as votações somente com as propostas de greve imediata ou indicativo, para que não fossem obrigados a votar contra a greve junto aos pelegos.

A assembleia geral de 08/03 se realizou com as aulas acontecendo. Mesmo assim, centenas compareceram para aprovar a greve imediata. O que se colocou nela é se seria aprovada a greve e com isso se impulsionariam os setores dispostos à luta nos cursos ou se suspenderia a luta e se fortaleceriam os setores dispostos

a aceitar a repressão e estabelecer a suposta “normalidade” das aulas. PSol e PSTU defenderam unidos a suspensão da greve, contra POR, MNN, PCO, Práxis, e independentes, que defenderam a greve. A LER falou bastante contra a greve imediata e depois se absteve na votação.

PSol e PSTU foram derrotados nas assembleias e no comando, mas levaram a melhor

A assembleia destituiu a direção do DCE (PSol) da organização da calourada e a entregou ao comando. Essa derrota política foi anulada na prática. A recepção de calouros foi organizada nos cursos pela dupla PSol/PSTU em quatro dos cinco dias da semana. Dessa forma, quando o comando renunciou à tarefa de organização da calourada na maioria da semana, já anulou a decisão da assembleia e devolveu a direção dessa recepção à frente PSol/PSTU. Estes passaram a não ter mais razão de ir ao comando autoanulado. Passaram a jogar peso nas atividades próprias. E contavam que o início das aulas levaria à suspensão da greve e ao enterro formal do comando de greve.

No dia da calourada “de luta”, com o comando como responsável, houve a festa-protesto, que não teve nada de protesto, e a dupla PSol/PSTU teve a chance de realizar sua política do mesmo jeito: chamaram um debate paralelo às atividades do comando, organizado por eles e fazendo a propaganda de sua chapa para o DCE; atuaram na festa cooptando os calouros com seus métodos de aproximação pessoal; e ainda não tiveram trabalho nenhum de organização da festa, que sobrou para as correntes opositoras. Levaram a melhor em todos os sentidos.

O fim do comando de delegados

O comando de delegados, proposto pela LER, foi aprovado na assembleia de 08/11/11 com apoio do PSol e PSTU. Estes avaliaram que, com a direção dos CAs dos cursos nas mãos, teriam a maioria do comando de delegados e o controlariam. Deram-se mal, porque as assembleias de base foram massivas e elegeram dezenas de delegados, arrancando o controle das direções dos CAs. O que colocou o comando de greve à esquerda. E logo que perceberam que o comando não importava mais para seus objetivos políticos, o abandonaram, enviando alguns olheiros para obter informação.

Na assembleia de 08/03/12, PSol e PSTU se uniram para acabar de vez com o comando de delegados. Propuseram (e conseguiram aprovar por uma pequena margem de 32 votos) o fim da delegação para o comando de mobilização e que este deliberasse apenas por consenso (portanto com o direito de veto pela minoria, no caso, eles mesmos). Agora, o comando é refém dessas correntes. Certamente não será mais capaz de dar um passo no sentido da mobilização efetiva contra a repressão. Cabe à próxima assembleia restabelecer o princípio democrático da votação de maioria e minoria.

Retomar a luta pela autonomia universitária

A escalada repressiva da reitoria/governo não pode ficar sem resposta. Em semanas, a polícia ocupou a USP várias vezes, para desocupar a reitoria, destruir o Núcleo de consciência negra, tomar posse do espaço do DCE, desalojar os estudantes da moradia retomada. Ao mesmo tempo, a reitoria eliminou 8 estudantes, pri-



Votações contra e a favor da greve: sem contraste visual



vatizou o circular e implantou as catracas, que impedem a divisão das refeições pelos estudantes.

A ofensiva repressiva serve para aumentar a ingerência direta do governo sobre a universidade e implantar a elitização e privatização. O que está em jogo na USP é a universidade pública e gratuita e sua autonomia (já quase inexistente).

Os professores têm dito que é preciso democratizar a USP. As correntes pelegas os seguem, dizendo que com a democracia será possível acabar com a repressão. Os oportunistas não querem perder votos e dizem que os estudantes não estão dispostos à luta, e que eles apenas estão juntos com a base nisso.

O POR afirma que não é possível existir democracia sob as botas da polícia dentro da universidade. Sequer é possível discuti-la livremente sob essas condições. A democracia universitária depende da expulsão da polícia, do fim da perseguição política, e da destruição do aparato burocrático que é instrumento do poder autoritário da classe dominante sobre a universidade. Isso só será

A crise na chapa 27 de outubro

27 de Outubro, chapa de oposição à atual direção do DCE, se formou a partir das ocupações da FFLCH e reitoria contra a presença da PM e pelo fim dos processos contra estudantes e trabalhadores. Ela agrupa as correntes e independentes que impulsionaram esse movimento sob um programa que expressa as bandeiras ao redor das quais se deu a mobilização. Foi a pressão do movimento que colocou correntes com programas tão diferentes sob a mesma frente para as disputa pela direção política do movimento estudantil na USP.

Mas a chapa se encontra em crise. A desmobilização das férias, a crise do comando de greve e a suspensão da greve colocaram as diversas políticas em choque aberto.

O MNN, incapaz de compreender que a campanha da chapa só pode se realizar impulsionando o movimento real, estabeleceu uma dicotomia entre campanha e movimento e decidiu limitar a participação a um único militante. É uma espécie de boicote branco à chapa. Já chegaram a afirmar que é melhor que a chapa do PSol/PSTU ganhe o DCE que a chapa direitista da Reação. O que transpira uma posição de liquidação da chapa 27 de outubro. O MNN não compreende que é justamente a política de conciliação e ausência de mobilização/assembleias levada a cabo pelo PSol/PSTU que fortaleceram a direita. A permanência dessa direção mais um ano no DCE levará a uma direita ainda mais forte no próximo.

A LER, que entrou na chapa depois de formada, sob a pressão da mobilização (é possível que desejasse, antes da mobilização,

possível por meio da mobilização, da luta contra os dirigentes da universidade e o governo. A democracia universitária se assenta na organização da assembleia geral universitária, fórum de discussão, deliberação e ação dos que estudam e trabalham. Esse organismo, que é criado pela luta conjunta e condição para sua efetivação, também será organismo de expressão da real autonomia universitária, que por sua vez é a total libertação da universidade da influência dos governos, partidos e instituições da burguesia.

O POR afirma que existe uma tendência de luta profunda entre os estudantes, que colocou uma parcela deles a se mobilizarem de forma heroica contra todas as tremendas pressões feitas no sentido contrário pela imprensa burguesa, professores, direções estudantis, e por em pé um movimento de massa de natureza política sob bandeiras democráticas de defesa da autonomia universitária contra a ingerência autoritária do governo do PSDB. Essa tendência deve ser impulsionada e devemos nos apoiar nela para derrotar as políticas de Alckmin/Rodas por meio da greve e da mobilização de rua.

uma frente com o PSTU), tem combatido a defesa da greve pela chapa. Coisa que já tinha feito no comando, onde criticou a defesa da greve nos boletins e cartazes e boicotou as atividades ao redor deles. A LER acusa a chapa de vanguardismo. Fecha os olhos para as centenas de estudantes que têm se juntado às correntes que compõem a chapa e têm defendido a greve e radicalização da luta pela expulsão da PM e fim dos processos. Seus esquematismos a têm colocado muitas vezes ao lado dos pelegos. Basta ver: defendeu a realização da assembleia da ocupação da FFLCH num prédio fora da ocupação (na História), o que fortaleceu o setor anti-mobilização, que jamais iria ao prédio ocupado, sua defesa da data da assembleia no final da primeira semana de aula em 2012, seu combate à defesa da greve pelo comando nos materiais de propaganda, crítica à greve já no início das aulas.

Além disso, a inoperância da chapa durante as férias a impediu de se posicionar diante de vários acontecimentos, dentre eles a eliminação dos estudantes, fechamento do espaço do DCE e desocupação da moradia retomada. Sem falar da calourada, quando as duas correntes acima se juntaram em defesa da chamada “centralidade” na festa, quando o correto seria a defesa de uma recepção com mobilização.

A chapa se reunirá no próximo dia 13/03 e terá uma difícil tarefa de avaliar esses problemas e projetar sua campanha, que deve apontar o caminho de construir uma frente de defesa de um movimento estudantil de luta e baseado na democracia direta.

Não pode haver democracia sob as botas da Tropa de Choque A universidade pública e gratuita depende da luta dos estudantes

Aprovar a GREVE estudantil, trabalhar pela unidade dos três setores, expulsar a PM do campus e por fim aos processos políticos contra estudantes e trabalhadores!

Mitos contra a greve estudantil:

Mito 1) “O problema da USP é a falta de democracia; é preciso vencer os burocratas e o governo de que a universidade tem de ser mais democrática; depois poderemos então tirar a PM do campus.” Sem dúvida, a USP é a universidade mais autoritária do país. É dirigida por um interventor do governo estadual e seus organismos burocráticos não contemplam nem mesmo a LDB, que estabelece uma porcentagem de 70% aos professores e o restante para estudantes e funcionários. Preserva um regimento disciplinar elaborado pela ditadura militar em 1972, que proíbe e pune até com eliminação qualquer mobilização, e restringe até a roupa feminina.

Mas a ausência de democracia não será resolvida através do “diálogo” com os autoritários marionetes do governo estadual. Somente a mobilização pode impor a democracia aos aprendizes de ditador. A democracia universitária só pode existir se for possível a total liberdade de expressão e manifestação. O oposto do que existe na USP hoje. A presença da polícia para reprimir os movimentos impede qualquer possibilidade de que se manifestem as divergências. **Somente com a expulsão da PM do campus será possível dar um passo real no sentido da democracia universitária.**

Por isso, é uma fraude a proposta de que é preciso democracia para depois tirar a PM. Os farsantes que a proclamam na prática defendem a permanência da PM no campus. E a prática é o que prova a verdade.

Mito 2) “Os estudantes não querem greve, basta ver os resultados das assembleias de curso. A defesa da GREVE JÁ é vanguardismo.” Na verdade, os cursos realizaram assembleias representativas, em que se os estudantes se mostraram divididos quanto a greve imediata. Uma grande parcela dos estudantes votou pela greve já. Não se trata de uma proposta de uma pequena vanguarda descolada das bases, como acusam alguns mais politicamente míopes. Existe uma tendência entre uma parcela significativa dos estudantes que está disposta a se mobilizar contra a ingerência externa sobre a universidade através da repressão policial, está disposta a defender a autonomia universitária e a universidade pública e gratuita, que estão sob ataque da reitoria e do governo Alckmin. A aprovação da greve estudantil numa assembleia geral massiva pode influenciar os resultados das assembleias de curso e voltar a dar força à mobilização, como ocorreu em 2011, em que os estudantes de base, contra a vontade e a política das direções da maioria dos CAs e do DCE, contra a campanha da mídia, contra essas tremendas pressões, se levantou e gritou: FORA A PM DA USP!!

Mito 3) “Ainda está muito no início do ano. Vamos CONSTRUIR a greve. Vamos votar um INDICATIVO de greve”. As aulas começam e não se pode permitir que seja

apresentado um clima de normalidade na USP. O clima de exceção foi instaurado não pela greve estudantil, mas pelas seguidas intervenções policiais da Tropa de Choque no interior da universidade, numa frequência que supera a dos tempos da ditadura militar, sob o comando do governo Alckmin e de sua marionete, o reitor-interventor Rodas. É preciso responder a essa ofensiva imediatamente. A repressão instaurada serve para abrir o caminho das medidas que virão: o reitor que usa e abusa dos métodos do fascismo pretende impor uma série de medidas privatistas e elitistas. Ou se luta com toda a força para expulsar a PM do campus, ou virão medidas tais como tarifação do circular (a entrega à SPTrans e sua privatização são o primeiro passo); taxação da moradia; majoração dos preços do bandeirão e exclusão dos funcionários; maior restrição à entrada no campus; catracas nos prédios; e por aí vai... Contra tudo isso, não é possível estrangular o movimento levando-os aos intermináveis indicativos de uma greve que não se constrói de verdade. A forma de construir a greve é defendê-la onde é possível colocá-la em pé e expandindo-a para as demais unidades.

Mito 4) “Os estudantes querem participar das coisas através de plebiscitos; as assembleias são chatas e demoradas”. O movimento de massa se organiza através de assembleias não por uma disposição administrativa brotada de um intelecto. As assembleias são criações do movimento para se organizar e decidir o que se faz de forma democrática. Não existe nem vai existir mobilização que não se organize com o método da assembleia. Ela serve de instrumento de organização, de mobilização, de debate de propostas, de deliberação democrática e de ação, pois quem decide também põe em prática. Os plebiscitos ou votações são instrumentos da democracia representativa, onde se delega a alguém a tarefa de agir. Por isso, só levam à passividade do ato individual de fazer uma opção entre propostas que são elaboradas por outros, sobre as quais não se pode interferir. Por isso, a relação colocada é a de que o plebiscito está para a passividade assim como a assembleia está para a mobilização. As decisões do movimento devem ser SEMPRE tomadas em assembleia.

Mito 5) “Para que se possa defender a greve, é preciso que se satisfaçam algumas premissas, pré-estabelecidas, dentre elas: primeiro é preciso ver qual é a decisão dos cursos; depois, qual é o número de votantes na assembleia”. O esquematismo é inimigo da mobilização. A luta se organiza e se desenvolve de forma dinâmica e variada. As greves podem nascer de poucas unidades e se espalhar; podem nascer fracas e se fortalecerem com seu desenvolvimento; podem expressar a maioria em assembleias pequenas; podem estar descoladas das bases em assembleias representativas; podem nascer de assembleias gerais e depois crescerem nas bases. Tudo isso já se viu aqui na USP. É

preciso sempre observar quais são as tendências concretas entre os estudantes. Não o que a imprensa diz que são. Não o que os professores dizem que são ou mandam fazer. Não o que alguns dirigentes prepotentes procuram ditar. Mas o que os estudantes realmente sentem e expressam. O que o movimento de 2011 disse é que existe sim uma tendência muito profunda entre os estudantes, capaz de superar o boicote das direções estudantis, superar a pressão da imprensa burguesa reacionária, superar os mesquinhos interesses de aparelho de direções sindicais velhas; superar todas as previsões e colocar em pé um movimento de massa de caráter político de defesa democrática da autonomia da universidade contra a ingerência repressiva do governo. Essa tendência de luta entre os estudantes superou inúmeros obstáculos para se expressar e o fez assim mesmo. É preciso confiar nessa tendência e impulsioná-la, ficar ao lado dela contra o reitor-interventor e o governo. **É por isso que é preciso defender a GREVE JÁ na assembleia geral de estudantes da USP.**

Pela autonomia universitária

O movimento estudantil se levantou em 2011 não por reivindicações imediatas, tais como contratação de professores, defesa da permanência estudantil etc. A mobilização foi pela expulsão da PM da universidade e fim da perseguição política movida através de processos contra estudantes e funcionários. O conteúdo dessa luta é o da defesa da autonomia universitária. Não da autonomia de uma casta burocrática que manda na universidade, do seu poder de fazer o que bem entende com

os recursos públicos. A universidade hoje praticamente já não tem autonomia, porque a ingerência do governo é tão grande ao ponto de indicar diretamente o reitor. A casta burocrática que a dirige é comprada pelo governo e poder econômico para agir em seu nome e defender seus interesses. Ainda assim, as frações burocráticas se dividem, entram em atrito e muitas vezes emperram os interesses do governo e da burguesia. Por isso é que, diante da necessidade de criar meios de valorização artificial do capital usando a universidade, o governo vem agindo no sentido ampliar a ingerência externa. Os decretos do então governador José Serra em 2007 tinham esse propósito, mas foram emperrados pela mobilização estudantil (greve e ocupação da reitoria). A gestão de Rodas/Alckimim procura retomar esse caminho, dosando as medidas de acordo com as forças para aplicá-las. A ofensiva repressiva tem o objetivo de abrir o caminho para as futuras medidas de quebra da autonomia e de privatização/elitização que estão por vir. A luta dos estudantes adquire assim um caráter político, de choque contra a política geral do Estado.

A real autonomia universitária é aquela em que os que estudam e trabalham discutem e decidem sobre os rumos da universidade, sem nenhuma ingerência dos governos e poder econômico sobre ela. Cabe aos governos apenas o financiamento, que deve ser deliberado pelos que estudam e trabalham em sua assembleia geral universitária. É para essa perspectiva que devemos apontar nosso movimento. A organização das assembleias gerais e da greve é um passo nesse sentido.

Greve nacional da educação

A CNTE aprovou a greve nacional para os dias 14, 15 e 16 de março. O ano de 2011 foi marcado por greves em quase todos os estados. A reivindicação central era a de que os governadores e prefeitos cumprissem a Lei do Piso, que envolve o salário e a redução do salário. Na ocasião, a CNTE não se empenhou para que houvesse um só movimento nacional. As greves isoladas, apesar de longas e, em alguns estados, radicalizadas, não tiveram força para impor a reivindicação. Nesse momento, os professores de Goiás e Rondônia estão em greve. Há paralisações em Piauí e Mato Grosso do Sul. Em São Paulo, a Apeoesp convocou a greve nacional. O descontentamento do magistério é grande.

As dificuldades de se obter uma greve portentosa não vêm do instrumento de ação (greve), mas sim da política das direções sindicais, que primeiro sufoca as greves nos estados e depois propagandeia a greve nacional. É fundamental separar a importância da greve, lutando para o seu êxito, da necessidade de combater as burocracias dirigentes que estão até os ossos comprometidas com as diretrizes do Ministério da Educação.

A greve é uma necessidade

Os problemas salariais e de condições de trabalho se afloram. A violenta jornada de trabalho e os salários extremamente arrochados empurram milhares de professores para outras redes de ensino (municipal e privada). As salas de aula superlotadas e a tentativa de impor uma aprendizagem desvincula-

da da produção social desgastam precocemente o magistério. Os alunos não conseguem se disciplinar nos estudos, não vêem importância no que se ensina e os professores passam o tempo todo tentando administrar os conflitos de sala de aula e da escola. Essa dura realidade coloca objetivamente a necessidade de se defender.

A luta pelo reajuste salarial e pela redução da jornada é condição vital para o combate à degradação do ensino e a defesa das condições de existência dos professores e de suas famílias. E não há outra forma senão a da paralisação das atividades escolares.

Governos e prefeitos fazem pouco caso com a Lei do Piso

A quase totalidade dos prefeitos e governadores está de costas para o que foi aprovado. Sequer os prefeitos e governadores petistas acatam a decisão do ministro da Educação e dos presidentes petistas (Lula e Dilma). É o caso do governador da Bahia, Jaques Wagner, de Tarso Genro no Rio Grande do Sul, da prefeita Luiziane, em Fortaleza, de Roberto Sobrinho, em Porto Velho, para citar alguns exemplos. Há um ditado popular que diz que se o exemplo não está em casa, não tem como se exigir para os de fora.

O que vemos é uma ação orquestrada pelos governantes contra a Lei do Piso. Justificam usando o argumento que a Lei fere o Orçamento, que estão obrigados a se enquadrar a Lei

de Responsabilidade Fiscal, que tiveram queda de arrecadação de impostos em função da crise econômica e que a concessão do magistério desencadearia uma pressão de outros setores do funcionalismo. Outros alegam que já aplicam a Lei, como é o caso de São Paulo.

O governo federal não tem força para fazer valer a sua decisão. O ministro da educação se limita a indicar o valor do piso e balbuciar a velha cantiga de que a Lei do Piso é a “valorização dos professores”.

Lamentos e “soluções” da CNTE

A cúpula dirigente da CNTE denunciou os governadores e prefeitos que não vêm cumprindo com a Lei do Piso. Lamentou o fato do ministro da Educação, Aloizio Mercadante/PT, de não aceitar os cálculos de reajuste do valor do Piso e fixá-lo em R\$1.451,00 (por 40 horas semanais). Disse que o MEC usa o valor do Fundeb dos dois últimos anos para o reajuste, enquanto que a proposta é de levar em conta o que determina a Lei 11.738, que prevê o ano em vigência. O que elevaria para R\$ 1.937,26. Critica os deputados que defendem o reajuste conforme o INPC, que significaria 6%. Exalta a atitude da deputada petista, Fátima Bezerra, de defesa da correção de 22,22%. Por fim, questionou a atitude dos governadores e prefeitos de recorrerem à Justiça, incluindo os de seu partido.

Em contrapartida, os dirigentes da CNTE propõem “soluções” para os governantes. Entre elas, a “reforma tributária capaz de instituir um padrão de qualidade da educação”. Aconselham os políticos se “juntarem em torno da superação dos gargalos tributários, especialmente os que possibilitam a renúncia fiscal e os desvios de verbas”. E lançam como propostas da CNTE: 1) regulamentar o regime de cooperação institucional (art. 23 da Constituição); 2) instituir a Lei de Responsabilidade Educacional; 3) aperfeiçoar o controle social por meio da gestão democrática das políticas e gastos públicos. Portanto, apresentam como reivindicações dos trabalhadores da educação os pleitos de uma fração da burguesia, que tem interesses na tal da reforma tributária.

Os lamentos e soluções da burocracia da CNTE só evidenciam o quanto a entidade está submetida à ordem capitalista e ao governo petista. A greve nacional sob a base dessa política não se tornará em poderoso instrumento de enfrentamento. Uma greve nacional limitada não modificará a decisão dos governantes. Ao contrário, servirá para reprimir os grevistas por meio da lei antigreve (multas aos sindicatos, proibição do comando de greve nas escolas, demissão para os professores de contrato precarizado, etc.). Daí a importância do combate à burocracia dirigente.

Burocracia da Apeoesp no fogo cruzado

A Apeoesp está sob a direção da política do PT. Forçar o governo Alckmin a cumprir a Lei do Piso é sua prioridade. No ano passado, recusou a organizar a greve no momento em a maioria dos estados estavam em luta pelo Piso. Enveredou pelas ações judiciais contra o governo que não cumpre a Lei. Alckmin desconsiderou as ações e manteve a jornada extra-classe. Diante da intransigência e da recusa de convocar assembleia para que os professores decidissem o caminho da resistência, restou para a diretoria acatar a ordem da CNTE da

greve dos três dias.

A Corrente Proletária denunciou a política da burocracia, apontando os seguintes erros. 1) deixou o governo impor o reajuste parcelado; 2) permitiu a inclusão da avaliação por mérito e seleção por provas para os contratados; 3) acreditou que a existência de uma comissão paritária para a elaboração do Plano de Carreira ajudaria na inclusão de reivindicações; 4) contribuiu para a desmobilização dos professores, alimentando a falsa ideia de se obter a Lei do Piso por meio da Justiça; 5) combateu as propostas de greve, no ano de 2011; 6) desconheceu a luta grevista nacional de 14 estados; 7) enveredou na discussão oca de “diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio”; 8) facilitou a imposição do projeto do PSDB de escolas de ensino médio de período integral, um acinte para os alunos e um golpe para os professores. E, por fim, recusou-se a convocar uma assembleia para que a decisão de greve nacional fosse tomada coletivamente. Usou a velha arma das burocracias sindicais: a direção decide e os trabalhadores cumprem.

Certamente, as dificuldades da greve estão colocadas. Há desconfiança de uma parcela da classe com a direção da Apeoesp. A superação virá não pela omissão das críticas à burocracia do sindicato, mas pela confiança de que não há outra via senão a greve para enfrentar o governo e impor as reivindicações.

Posição da Corrente Proletária

A bandeira da Corrente é a de “Fazer valer a greve nacional”. O que implica uma ampla campanha da CNTE e dos sindicatos, convocando assembleias, organizando as escolas e ganhando o apoio dos pais e dos estudantes.

Embora não tenha em seu programa a defesa da reivindicação limitada da Lei do Piso, a Corrente Proletária exige que os governantes cumpram o que foi aprovado. O valor de R\$ 1.451,00 por 40 horas semanais não permite a manutenção de uma família. Obriga o professorado a assumir outra rede de ensino. A diminuição do número de horas em sala de aula pouco modifica, porque implica a permanência do professor na escola. Tanto o valor do piso quanto a quantidade de horas extra-classe são insuficientes para a melhoria das condições de vida e de ensino.

A Corrente Proletária considera que a elevação do piso salarial e a redução da jornada são duas reivindicações vitais. Para que o professor tenha um só local de trabalho, é preciso que o piso seja um salário mínimo vital, que em nossos cálculos está em R\$4.000,00. E que tenha condições de ensino e emprego a todos, é necessário a redução da jornada. Assim, defendemos a implantação da escala móvel das horas de trabalho e a escala móvel de reajuste. Os governos sempre dirão que é impossível o atendimento dessas reivindicações. Mas, o que nos guia é aquilo que é vital para os trabalhadores. Conquistar ou não é uma relação de forças. Se temos força coletiva para enfrentar os governos, certamente teremos chance de conquistar. Aí está o peso de uma direção sindical. Se é frouxa, conciliadora e legalista, a possibilidade de vitória é menor.

A Corrente Proletária tem como método a ação direta. Parte das reivindicações elementares (salário, emprego, etc) e combina-as com a luta política contra o regime capitalista, responsável pela brutal exploração dos trabalhadores.

Emancipação da mulher contra sua dupla opressão: o capitalismo e a dependência familiar e doméstica

O Partido Operário Revolucionário toma para si as resoluções da III Internacional, da época de Lênin, sobre a questão das mulheres. Desde o 1º Congresso, em 1919, a Internacional Comunista (IC) deu atenção ao problema da participação das mulheres na luta pela ditadura proletária. Convocou a 1ª Conferência das mulheres comunistas e, em 1920, fundou a secretaria internacional para a propaganda entre as mulheres e teve no Comitê Executivo da Internacional sua representação.

No 3º Congresso da IC, juntamente com a 2ª Conferência Internacional das Mulheres Comunistas, referendou as posições dos 1º e 2º Congressos sobre a necessidade de reforçar o trabalho entre o proletariado feminino e a educação comunista das massas femininas operárias para a luta pelo poder dos soviets ou pela organização da República Operária Soviética. Destacou que a ditadura do proletariado é essencial para a classe operária mundial e, conseqüentemente, para as operárias.

Partindo da caracterização de que a economia capitalista se desagrega, que as forças produtivas já não podem se desenvolver plenamente, que a burguesia é uma classe impotente para fazer renascer a indústria, que a miséria das massas tende a crescer, que o desenvolvimento da especulação ganhará força, que o desemprego se expandirá e que o recrudescimento da luta de classes se manifestará em todas as partes, a IC conclama a classe operária a lutar pelo objetivo estratégico da ditadura do proletariado. Mas, a conquista do poder pelo proletariado não poderá ser realizado sem a participação ativa das massas femininas operárias. O que implica o ingresso das mulheres nas fileiras organizadas do proletariado, que luta pela implantação do comunismo. Alerta para o fato de que as massas femininas não integradas a essa luta constituem, inevitavelmente, em apoio à burguesia, portanto, à contra-revolução.

Sintetizando: a tarefa imediata dos partidos comunistas está em ampliar a influência do Partido e do comunismo entre a população feminina, por meio de um organismo especial vinculado ao partido e de métodos especiais que facilitam a aproximação das mulheres. Trabalhar para eliminar a influência das ideias burguesas e dos partidos capitalistas, para fazer delas verdadeiras combatentes pela emancipação de toda mulher.

O 3º congresso reforça a posição de que a libertação de toda injustiça, da escravidão e da desigualdade só poderá ser concretizada com a vitória do comunismo. Enquanto existir a dominação do capital e da propriedade privada, é impossível a libertação da mulher. Somente o comunismo criará as condições nas quais a função da mulher, a maternidade, não está em conflito com as obrigações sociais e não é um obstáculo ao seu trabalho produtivo.

Um dos aspectos fundamentais nesse Congresso foi o de reafirmar um dos princípios do marxismo: “não existem problemas especificamente femininos”. Toda relação da operária com o feminismo burguês e pequeno-burguês somente retardará a revolução social, isto é, a libertação da mulher. O comunismo só chegará pela união na luta de todos os explorados e não pela união das forças femininas das duas classes sociais opositoras (burguesia e proletariado). Como se vê, a III Internacional rechaçou o feminismo burguês e pequeno-

burguês, representado pela II Internacional.

Por fim, o 3º Congresso conclui que a luta da mulher contra sua dupla opressão deve adotar um caráter internacional, transformando-se em luta do proletariado de ambos os sexos pela ditadura e regime soviéticos. Daí a importância das mulheres no Partido Comunista, que tem como estratégia a revolução e ditadura proletárias.

Reproduzimos abaixo a resolução da Internacional Comunista

Métodos de ação entre as mulheres

“Partindo dos princípios indicados anteriormente, o 3º Congresso da Internacional Comunista estabelece que o trabalho entre o proletariado feminino deve ser levado a cabo pelos partidos comunistas de todos os países sobre as seguintes bases:

1. Admitir as mulheres como membros com idênticos deveres e direitos que o restante dos membros no partido e em todas as organizações proletárias (sindicatos, cooperativas, conselhos de fábrica, etc.);
2. Tomar consciência da importância da participação ativa das mulheres em todos os setores da luta do proletariado (inclusive sua defesa militar), da construção de novas bases sociais, da organização da produção e da existência de acordo com os princípios comunistas;
3. Reconhecer a maternidade como uma função social, adotar e aplicar todas as medidas necessárias para a defesa da mulher em sua qualidade de mãe;

Uma vez que se pronuncia energicamente contra todo tipo de organização especial de mulheres no seio do partido, dos sindicatos ou de outras associações operárias, o 3º Congresso da Internacional Comunista reconhece a necessidade para o partido comunista de empregar métodos particulares de trabalho entre as mulheres e estima de grande necessidade de formar em todos os partidos comunistas organismos especiais encarregados desse trabalho.

O Congresso adota essas medidas, guiado pelas seguintes considerações:

- a) A servidão familiar da mulher existe não só nos países burgueses capitalistas mas também nos países onde já existe o regime soviético, na fase de transição do capitalismo para o comunismo;
- b) Há grande passividade e o estado político de atraso das massas femininas, defeitos explicados pela marginalização secular da mulher na vida social e por sua escravidão no âmbito familiar;
- c) Há funções especiais impostas às mulheres por sua natureza, isto é a maternidade e as particularidades que daí decorrem, e a necessidade de uma maior proteção de suas forças e de sua saúde no interesse de toda a sociedade;

Esses organismos dedicados ao trabalho entre as mulheres devem ser seções ou comissões que funcionam juntamente a todos os Comitês do Partido, começando pelo Comitê Central e até os comitês de bairro ou distrito. Esta decisão é obrigatória para todos os Partidos que aderiram à Internacional Comunista;

O 3º Congresso da Internacional Comunista indica as tarefas a serem realizadas pelos partidos comunistas por meio das seções dedicadas ao trabalho com as mulheres:

1. Educar as grandes massas femininas no espírito do comunismo e atraí-las para as fileiras do partido;
2. Combater os preconceitos relativos às mulheres nas massas do proletariado masculino, fortalecendo no espírito dos operários e das operárias a ideia da solidariedade de interesses dos proletários de ambos os sexos;
3. Afirmar a vontade da operária fazendo-a participar da guerra civil em todas suas formas e aspectos, mobilizá-la nas ações de massas, na luta contra a exploração capitalista nos países burgueses (contra a carestia da vida, a crise da moradia e o desemprego), na organização da economia comunista e da existência em geral nas repúblicas soviéticas;
4. Pôr na ordem do dia do partido e das instituições legislativas os problemas relativos à igualdade da mulher e a sua defesa como mãe;
5. Lutar sistematicamente contra a influência da tradição, dos costumes burgueses e da religião, a fim de preparar o caminho para relações mais sadias e harmoniosas entre os sexos e o saneamento moral e físico da humanidade trabalhadora;

Todo o trabalho das seções femininas deverá ser realizado sob a direção imediata e a responsabilidade dos comitês do partido.

Entre os membros da comissão ou da direção das seções deverão figurar também, na medida do possível, camaradas comunistas de

sexo masculino.

Todas as medidas e tarefas que se impõem às comissões e às seções das operárias deverão ser realizadas por elas, de forma independente, mas nos países dos Sovietes por intermédio dos órgãos econômicos e políticos respectivos (seções dos Sovietes, Comissariados, Comissões, Sindicatos, etc.) e nos países capitalistas com a ajuda dos órgãos correspondentes do proletariado (sindicatos, conselhos, etc.)

Em todas as partes onde os partidos comunistas tenham existência legal ou semi-legal, devem formar um aparato ilegal para o trabalho com as mulheres. Este aparato deve estar subordinado e adaptado ao aparato ilegal do partido em seu conjunto. Aí, igualmente no aparato legal, cada comitê deverá incluir uma camarada encarregada de dirigir a propaganda ilegal entre as mulheres.

No período atual, os sindicatos profissionais e de produção devem constituir para os partidos comunistas o campo fundamental do trabalho entre as mulheres, tanto nos países onde a luta pela liquidação do jugo capitalista ainda não finalizou como nas repúblicas operárias soviéticas.

O trabalho entre as mulheres deve ser levado a cabo no seguinte sentido; unidade na linha política e na estrutura do partido, livre iniciativa das comissões e das seções em tudo aquilo que tende a levar a mulher a sua total libertação e igualdade, o que somente poderá ser obtido pelo conjunto do partido. Não se trata de criar um paralelismo, mas de completar os esforços do partido em prol da atividade e da iniciativa criadoras da mulher.

Nota sobre a deformação do marxismo sobre a questão das mulheres

Em nome do leninismo e de documentos da III Internacional se introduz a noção de “machismo”. Misturam-se colocações corretas de que a opressão sobre a mulher tem suas raízes na sociedade de classes com uma suposta supremacia sexual exercida pelo homem sobre a mulher. Os preconceitos dos operários contra as operárias reconhecidos por Lênin e combatidos na resolução da III Internacional foram transformados em atitudes “machistas”. Em nenhum momento, os marxistas colocam o problema da opressão da mulher do ponto de vista da relação entre os dois sexos, que na versão moderna do feminismo pequeno-burguês passou a ser denominada questão de gênero. Essas deformações e imposturas têm sido amplamente disseminadas entre correntes que se reivindicam do trotskismo.

O Jornal Opinião Socialista, nº 439, abre com um artigo da Secretaria Nacional de Formação, do PSTU, assinada por Henrique Canary, que diz logo no primeiro parágrafo: “Somos homens, eu e você. Em um mundo machista, isso significa que somos o gênero dominante. As mulheres, o gênero oprimido”. Para dar ares de marxismo, conclui: “A opressão machista é um instrumento direto de superexploração das mulheres”. Já não é a opressão de classe da burguesia que superexplora as mulheres, mas sim a opressão “machista”. Nota-se que o redator pouco ou nada conhece do marxismo.

Mas há outro artigo com alta pretensão, intitulado “Lênin e a questão da mulher”, assinado por Cilene Gadelha, da direção nacional do PSTU. Pretende que os seus leitores acreditem que é compatível a fundamentação de Lênin com a divisão de gênero e com a ideia de “machismo”. Diz: “Lênin tinha claro que para conseguir que o conjunto da classe (homens e mulheres) assuma as tarefas de emancipação das mulheres como parte do projeto socialista, era necessário que as mulheres se organizassem de forma especial para travar uma árdua batalha e romper o ciclo da opressão. Apoiou inú-

meras iniciativas nesse sentido e estimulou a luta interna contra o machismo e contra a resistência ao trabalho de mulheres no interior da IC”.

É preciso que se diga, a bem da verdade, que a resolução da III Internacional (“Teses para a propaganda entre as mulheres”) sublinha que segundo o marxismo revolucionário não existem problemas ‘especificamente’ femininos. Não se tratava como diz o artigo de Cilene de as mulheres se organizarem de forma especial, mas sim constituir “um organismo especial que funcione no seio do partido e de métodos particulares que permitam abordar mais facilmente as mulheres, para arrancá-las da influência de concepções burguesas (...)”.

A resolução “se pronuncia energeticamente contra todo tipo de organização especial de mulher no seio do partido, dos sindicatos ou de outras associações operárias”. Ao mesmo tempo, “reconhece a necessidade para o partido comunista de empregar métodos particulares de trabalho entre as mulheres e estima ser útil formar em todos os partidos comunistas organismos especiais encarregados desse trabalho”. Atenção: organismos especiais não é o mesmo que “organização especial de mulheres”. A resolução recomenda que na comissão dedicada ao trabalho revolucionário entre as mulheres “deverão figurar também, na medida do possível, camaradas comunistas de sexo masculino”.

A lente que deformou os fundamentos da resolução da III Internacional é a de que existe uma opressão machista. O que a resolução da III Internacional reconhece é a necessidade de combater os preconceitos relativos às mulheres nas massas do proletariado masculino, fortalecendo no espírito dos operários e das operárias a ideia da solidariedade de interesses dos proletários de ambos os sexos. Como se vê, nada tem a ver com o machismo.

Nesta edição:

- Somente o povo sírio pode derrubar a ditadura de Bashar al-Assad!
- O que expressa a eleição de Putin na Rússia?
- Qual é a situação de Rakovski?



Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Declaração do Partido Operário Revolucionário (POR)

Somente o povo sírio pode derrubar a ditadura de Bashar al-Assad! Combater a intervenção imperialista e seus lacaios!

A reunião, na Tunísia, dos auto-denominados “*Amigos da Síria*” constituiu mais um passo do intervencionismo das potências no País. Dela participaram representantes das potências, da Liga Árabe e do Conselho Nacional da Síria (CNS). O encontro concluiu com um ultimato para que Bashar al-Assad deixe o poder imediatamente, a ameaça de enviar tropas da ONU e a exigência de que o CNS seja reconhecido pelo governo.

Nada disso poderá ser aceito por Bashar al-Assad. O que indica que os Estados Unidos, Inglaterra, França e os lacaios da Liga Árabe têm preparado uma operação militar. A ofensiva é questão de tempo. A confabulação entre os “*Amigos da Síria*” não passou de uma medida publicitária em favor do cerco imperialista.

Um dos pedidos do CNS aos Estados Unidos foi o de ajuda material. Sabe-se que as armas já fluem para a oposição, que constituiu o Exército Livre da Síria (ELS). Trata-se apenas de legalizar diplomaticamente a ingerência externa. É bom que o conflito se configure em guerra civil para as potências justificarem a medida de força – como a usada na Líbia. Para isso, não bastaram as deserções e a constituição do ELS.

As condições da ditadura para combater a cisão em vários pontos do País não foram abaladas, embora tenha crescido a atividade política e militar da oposição, que vem se centralizando no CNS. As diversas tendências políticas que atuam na oposição têm o denominador comum centrado na derrubada do governo Assad, mas divergem quanto à intervenção estrangeira direta, como ocorreu na Líbia. O Comitê de Coordenação Nacional não é potenciado pelos Estados Unidos, como o é o Conselho Nacional Sírio, não porque rejeita o bloqueio econômico e a ajuda dita humanitária, mas porque não cedeu ao objetivo da invasão militar.

A mortandade e devastação inteira de uma cidade (Homs) não fortaleceram o governo de Bashar al-Assad. A resistência se mantém ativa e crescente, porém cada vez mais dependente das forças colonialistas externas. Sete mil mortos retratam uma estimativa baixa em relação ao massacre anterior, desfechado pelo governo do pai de Bashar al-Assad. Mas estão evidenciando o esgotamento do regime

implantado desde o golpe militar de novembro 1970, liderado pelo general Hafiz al-Assad.

É necessário recordar que em 1982 a maioria sunita protagonizou uma insurreição, que foi sufocada a sangue. Estima-se que a ditadura de Hafiz al-Assad tenha matado vinte mil sunitas, liderados pela Irmandade Muçulmana. A solução militar-policial para garantir o regime teve êxito nas condições de aberto confronto da Síria com Israel.

Em função do apoio dos Estados Unidos ao Estado sionista, Hafiz al-Assad se aproximou da então União Soviética, que por sua vez estava em decadência sob anos de política estalinista e de pressões restauracionistas do capitalismo. O massacre de 1982 se deu nesse contexto mundial. Logo a União Soviética se desintegrou (1985/1991) e o ditador da Síria se aproximou dos Estados Unidos, apoiando o imperialismo na “Guerra do Golfo” (1991) contra o Iraque.

Bashar al-Assad sucedeu o pai em 2000. A revolta iniciada em março de 2011, na cidade de Damasco, ocorreu em meio a uma onda de levantes, do Norte da África ao Oriente Médio. Diferentemente da ditadura de seu pai, que pôde ensanguentar a Síria e assim se firmar no poder, Bashar al-Assad comparece como governo desgastado, cuja matança não trará estabilidade para o regime.

A repressão em Damasco, onde o governo conta com apoio de parte da população, não fez senão incentivar movimentos em várias partes do país. A manobra do ditador em mudar o governo e revogar o estado de emergência de nada serviu. E agora o referendun sobre mudanças na Constituição nada resolverá.

As manifestações em Deraa, Hamah e Homs indicaram que se tratava de um levante com características populares. Ou seja, a situação econômica e social da Síria já não comporta a ditadura familiar dos aluítas (ultra-minoria, perante os sunitas)

A Síria está mergulhada na crise há um ano. Parcelas cada vez mais amplas da população se afastam do regime e condenam a mortandade. O governo alega em seu favor que enfrenta uma oposição alimentada pelas potências. Assim, a ditadura não teve e não tem outra saída senão ordenar os generais a esmagar com o aparato de guerra a resistência

armada que se organizou com o Exército Livre da Síria (ELS).

De fato, por trás da rebelião armada, já se identificavam as mãos do imperialismo. A Turquia serviu e vem servindo a tal propósito. Em seu território, se organizou o ELS e o CNS. A ausência de uma direção revolucionária, antiimperialista e anticapitalista, favorece tanto a ingerência das potências quanto a reação contra-revolucionária da ditadura.

A ordem dos Estados Unidos foi para que Bashar al-Assad fizesse uma transição, deixando o poder e permitindo uma recomposição governamental com os opositoristas. A intervenção imperialista, portanto, estava configurada. Caso o ditador concordasse, os agentes das potências, auxiliados pela Turquia e Arábia Saudita, passariam a conduzir o processo de “reconciliação” entre as frações burguesas em disputa e a camarilha militar. Como o ultimato dos Estados Unidos não foi acatado, a via foi a de preparar as condições para uma intervenção militar. Essa preparação ainda está em andamento.

As potências não conseguiram neutralizar a discordância da Rússia e China. O Conselho de Segurança da ONU não pôde, assim, condenar o regime, o que aceleraria os preparativos militares da OTAN. Mais uma vez recorremos ao caso da Líbia. A Resolução do Conselho de Segurança foi importante para o imperialismo dar ares de legalidade e legitimidade internacional à invasão do País pelo espaço aéreo, destruir o exército de Kadafi e assim possibilitar a vitória da oposição armada.

Não obstante, o imperialismo unido não conhece obstáculo. Foi adiante. Obteve os votos da Assembleia da ONU. O empenho de não permitir que o fracasso no Conselho de Segurança viesse a emperrar a campanha internacional pela intervenção passou a contar com o sinal verde da Assembleia da ONU.

As potências colocam à frente das pressões externas a Liga Árabe, e especialmente países como Turquia, Arábia Saudita e Catar. Os feudais donos do petróleo e a burguesia turca, cujas mãos manchadas de sangue são bem conhecidas, podem financiar a guerra civil e preparar o caminho para a coligação imperialista enviar sua máquina de guerra, no caso de Assad resistir e a oposição não se mostrar capaz de vencer. As semelhanças com a invasão da Líbia e derrubada de seu governo são tantas que não há como não nos referirmos a todo momento a essa brutal experiência. Mas apenas assinalemos que Catar serviu ao imperialismo para introduzir armas e auxiliar militarmente a oposição Líbia.

Não faltam especialistas, jornalistas, historiadores, etc, claro que muito bem pagos, para apresentar e justificar planos de invasão da Síria, em nome da democracia, da vida de civis e do humanitarismo. Promovem a ideia de um corredor controlado pela ONU, uma espécie de Zona de Exclusão. Mas há aqueles que se postam de mediadores. Apregoam o cuidado para não se desencadear mais violência. O imperialismo carniceiro, no entanto, não se atém a tais considerações.

Então por que os Estados Unidos retardam em atacar diretamente o regime de al-Assad? O bloqueio da Rússia e da China no Conselho de Segurança pesa na balança das decisões. Mas não porque ambos sairiam em defesa da Síria. O maior problema é que a ditadura ainda tem apoio de uma parte significativa da população e setores da burguesia não sentem a segurança de que uma mudança do tipo líbio lhes garantirá a continuidade de seus negócios. Os representantes mais esclarecidos e menos entreguistas da oposição temem uma desintegração do Estado, que abriria velhas lutas sectárias.

O imperialismo, na realidade, avalia os perigos de intervenção quanto à reação das massas árabes. Há um quadro de instabilidade aberto pelas revoltas no Norte da África e no Oriente Médio. A Síria se encontra envolvida nos conflitos com os sionistas, na causa dos palestinos, nas divisões internas ao Líbano e mantém uma boa relação com o Irã. Cercar a

Síria, despejar bombas, destruir as suas Forças Armadas e atingir a população, poderão resultar numa reação das massas e de países.

Os movimentos democráticos contra as ditaduras têm se mostrado limitados em mudar os governos. Não se constituíram em levantes anti-imperialistas. As potências, com o apoio da Liga Árabe, comandada pela monarquia saudita, atuam para canalizar a revolta das massas para pequenas reformas no regime político. Para isso, contam com as frações burguesas e pequeno-burguesas árabes dispostas a colaborar com a política norte-americana.

A instabilidade dos governos na região provocada por revoltas populares não é benéfica para a estratégia da burguesia internacional. Está aí por que o trio Estados Unidos, Inglaterra e França aguardam melhores condições para intervirem com seus aviões de guerra na Síria. Daqui para frente, certamente, os carniceiros vão alimentar mais decididamente a facção opositorista disposta a colocar o pescoço na canga das potências. O enfraquecimento do regime de al-Assad e uma divisão nas Forças Armadas abririam caminho para um ataque fatal. Caso essa via se torne factível, as potências e Israel podem se lançar contra o Irã com maior segurança.

Esse diagnóstico, no entanto, depende em muito do desenvolvimento da crise capitalista mundial. As tendências bélicas do imperialismo afloram vigorosamente no Oriente Médio e forçam passagem na Ásia. Nesse ponto, a Rússia e a China recebem a intervenção, como a da Líbia. Há uma situação de instabilidade mais ampla, em nível internacional. A crise pressiona as potências a recrudescerem o colonialismo. As contradições do regime capitalista de produção podem precipitar uma ofensiva bélica tanto na Síria quanto no Irã.

Está evidente a necessidade de rechaçar a ingerência externa e combater qualquer tipo de ataque das potências e de seus lacaios ao regime de al-Assad. Nenhum regime e nenhuma fração da burguesia semicolonial é tão sanguinário quanto o imperialismo, que expressa o domínio do capital financeiro, dos monopólios e do militarismo colonialista. Não é preciso voltar às duas grandes guerras como testemunho, basta observar a atual ocupação do Afeganistão e do Iraque pelos Estados Unidos.

A derrubada da bárbara ditadura pelas armas dos financistas e monopolistas não estancará a violência contra as massas e não as libertará da opressão. Somente o povo sírio em luta heróica poderá destruir o regime dos Assads e encontrar as vias progressivas para continuar o combate pelo fim de todo tipo de opressão.

Não há dúvida de que a classe operária terá de se emancipar das direções burguesas e pequeno-burguesas e liderar um movimento de maioria nacional para derrotar as forças imperialistas e a obscurantista burguesia síria. Não pode haver uma revolução democrática que derrube o regime de al-Assad sem que seja tão-somente o ponto de partida e um dos elos da revolução proletária.

Essa tese da Revolução Permanente de Trotsky se verifica com exatidão nos levantes da Tunísia, Egito, Iêmen e Líbia. O que não isenta o proletariado mundial de se lançar em defesa da autodeterminação da Síria e contra a ofensiva bélica do imperialismo. A tarefa das massas de libertar o País da ditadura dos Assads, portanto, não se confunde com as posições das direções burguesas e pequeno-burguesas que recorrem às potências para ampará-las contra a mão-de-ferro do governo.

Fora o imperialismo da Síria!

Pela autodeterminação da nação oprimida!

Por um movimento antiimperialista e anticapitalista para acabar com a ditadura sangrenta de Bashar al-Assad!

Constituir uma direção proletária que lute no seio do levante pela revolução social!

O que expressa a eleição de Putin na Rússia?

A vitória eleitoral de Vladimir Putin era esperada. Também não havia dúvida de que haveria fraude. O adversário mais forte era Genady Zyuganov, do Partido Comunista Russo. Obteve 17% dos votos. É difícil de imaginar que esteve no poder durante tanto tempo. Os demais soçobraram: o nacionalista Vladimir Jirinovski com 7,84%; o franco atirador Mikhail Prokhorov, 6,23%, e o social-democrata Sergei Mironov, 3,85%. Um protesto de milhares contra as fraudes, com centenas de detenções de manifestantes, concluiu o teatro eleitoral na Rússia.

Angela Merkel, da Alemanha, exortou Putin a continuar “modernizando” a Rússia, ou seja, acelerando o processo de restauração capitalista e de reestruturação da classe capitalista. Alain Juppé, ministro do Exterior da França, lamentou que as eleições não foram “exemplares”, mas que não se poderia contestar a legitimidade da vitória de Putin e que seu país está aberto à “parceria”. O governo norte-americano pediu que fosse feita uma apuração dos desvios. Conclusão: Putin volta à presidência com 63,81% dos votos.

Para o imperialismo, não há uma razão de fundo para rechaçar esse resultado. Não há outra força política capaz de avançar a restauração e liquidar completamente as conquistas da Revolução Russa. O nacionalismo da burocracia estatal não é conveniente para os Estados Unidos e seus aliados, mas é com ele que desintegrou a União Soviética e impulsionou a integração da Rússia na órbita das potências. Não se pode desconhecer que Josef Stalin foi o responsável por alimentar o nacionalismo no seio do Partido Comunista Russo e do governo soviético. O nacionalismo socialista, expresso na fórmula “socialismo em um só país”, tem suas raízes na pequena-burguesia, portanto na propriedade privada dos meios de produção.

A revisão estalinista do internacionalismo proletário teve profundas implicações econômicas e políticas, que se pode encontrar na demonstração que Trotsky fez em seu livro “*A Revolução Traída*”. A vitória da fração estalinista levou a destruir as bases organizativas e programáticas do bolchevismo, identificado com o leninismo. A nova burocracia assentada socialmente na pequena-burguesia impulsionou o afastamento do proletariado do poder do Estado e da construção do socialismo. O estalinismo deu expressão política à burocracia estatal que não podia exercer a ditadura do proletariado senão degenerando-a em ditadura burocrática. E, evidentemente, dela se vale e com ela se identificou.

Trotsky e a Oposição de Esquerda que liderava combateram a revisão estalinista como questão de vida ou morte da revolução proletária, ou seja, como questão de avanço na construção do socialismo apoiado na luta do proletariado internacional ou de restauração capitalista sustentada nas pressões da pequena-burguesia interna e na da burguesia externa. O triunfo político do socialismo nacional da fração estalinista, a liquidação física da antiga direção bolchevique e o retrocesso organizativo do proletariado desembocou na restauração, que não se deu de uma hora para outra. A aliança de Stálin com as potências vitoriosas na 2ª Guerra e os avanços revolucionários no Leste Europeu deram a impressão de que o comunismo avançava sobre o capitalismo. Na realidade, fortalecia o nacionalismo estalinista e outras variantes que foram se gestando. Não se podia estabelecer uma planificação econômica e uma política internacionalista de combate ao imperialismo e ao capitalismo mundial. Floresceu, ao contrário, a tese do socialismo em um só país.

O sucessor de Stálin, Nikita Kruchov, em 1953, inicia um processo

de aproximação com as potências. É afastado onze anos depois por Leonid Bréjnev, que procurou sufocar as revoltas antiburocráticas, como as da Tchecoslováquia, em 1968. A intervenção no Afeganistão foi a derradeira contração da ditadura burocrática. Em nada o intervencionismo de Bréjnev se identificava com os métodos de luta de classe do proletariado. A crise econômica e social na União Soviética, que passou a comandar a política estalinista e de seus epígonos, acelerou o processo de restauração capitalista.

O ano de 1985 constitui o marco histórico em que a burocracia herdeira do estalinismo se lança abertamente contra as conquistas da revolução de 1917, que evidentemente estavam solapadas. Mikhail Gorbachev inicia as reformas políticas e econômicas pró-capitalistas. A reação de setores da burocracia, imbuídos de interesses próprios, procura frear o ritmo da “abertura” e da “reestruturação”, porém não conseguem se impor por meio de um golpe em agosto de 1991. Boris Iéltsin encabeça um contra-golpe e ganha apoio da parcela politicamente mais ativa da população, ou seja, das camadas médias (pequeno-burguesas) que floresceram sob a política estalinista.

Desintegra-se definitivamente a União das Repúblicas Soviéticas, já profundamente enfraquecida pelo domínio da burocracia russa, esmagamento das nacionalidades e diferenciações étnico-sociais, típicas do capitalismo. A sua substituição pela Comunidade dos Estados Independentes (CEI), constituída por 12 das 15 repúblicas soviéticas expressou a ruptura da centralização burocrática, mas no pior sentido possível – o da restauração dos estados capitalistas. Os conflitos interburocráticos se agravaram. As reformas de transição ao capitalismo não ocorreriam sem confrontos violentos. Em 1993, o parlamento vota uma moção de destituição de Iéltsin, que reage com as Forças Armadas. Cerca o Legislativo, abre fogo, mata 300 manifestantes, fecha o parlamento e impõe uma nova Constituição, garantindo poderes discricionários ao Presidente.

A Rússia, enfim, se ajoelha diante do imperialismo. Golpeada pela crise mundial, em agosto de 1988, o governo decreta a moratória da dívida externa e recorre ao Fundo Monetário Internacional (FMI). A crise recessiva e de endividamento põe às claras o quanto a Rússia havia caminhado na senda da reestruturação capitalista. Comparece como uma semicolônia, que usufrui em algum grau de autonomia graças ao seu passado revolucionário.

O burocrata e ditador Iéltsin, desmoralizado, promove Vladimir Putin, até então imerso no serviço secreto. O novo mandatário se destaca por ordenar o esmagamento da revolta separatista da Chechena, que sob o regime de Stálin havia experimentado a violação do fundamento marxista-leninista do direito à separação e à autodeterminação dos povos oprimidos. Iéltsin, acusado de corrupção e cambaleante, renuncia e entrega o poder a Putin, que passa a exercê-lo interinamente.

Em 2000, passada a fase difícil da crise e com a economia em recuperação, o ex-agente secreto é eleito. Para manejar o Estado, teve de retomar em sociedade com o capital privado o controle da Gazprom, empresa de gás natural que havia sido privatizada por Iéltsin. Porém, Putin manteve o conjunto de privatizações, que liquidou as nacionalizações promovidas pela revolução proletária. Não podendo mais se candidatar em 2008, faz de Dmitri Medvedev seu sucessor, na verdade um testa de ferro. Putin se torna seu primeiro-ministro.

Os conflitos de nacionalidades se potenciam. Na disputa pela Ossétia do Sul com a Geórgia, Putin/Medvedev invadiu militarmente a

região e também a República separatista da Abkházia. Putin fez de tudo para aproximar a Rússia dos Estados Unidos e abrir caminho para o capital internacional. No entanto, tem procurado manter posições nacionalistas, valendo-se do armamento nuclear. O imperialismo, chefiado pelos Estados Unidos, responde com um projeto de instalação de bases militares nas fronteiras russas, num claro movimento armamentista que indica o avanço das tendências bélicas alimentadas pela crise estrutural do capitalismo.

Esse breve relato dos acontecimentos, que mostram a desintegração da União das Repúblicas Soviéticas, a restauração capitalista e a reestruturação do Estado burguês, é suficiente para se entender os mais recentes fatos políticos na Rússia. A volta de Putin à presidência sob denúncia de fraude eleitoral retrata em grandes traços o brutal retrocesso que foi a destruição do partido bolchevique e a degeneração burocrática da ditadura do proletariado. A democracia formal, portanto, burguesa, tem a função de reerguer a burguesia russa. A centralização burocrática e autoritária está no seu cerne. As manifestações da pequena-burguesia por eleições livres e limpas, depois que a Rússia e a União das Repúblicas Soviéticas viveram a mais avançada democracia dos soviets, pelo menos até 1924, um breve período antes da degeneração estalinista, está

Publicamos o texto de Leon Trotsky que denuncia a violência da burocracia estalinista contra os opositores revolucionários

Qual é a situação de Rakovski?!

23 de março de 1933

Stálin continua calado. Não há notícias de Cristian Rakovski. As embaixadas guardam silêncio. Apesar dos inúmeros artigos surgidos na imprensa, os sepultadores da revolução alemã se negam a revelar o segredo. Se foi assassinado Rakovski, não se atrevem a dizer! Se continua com vida, têm medo de reconhecê-lo! Isso basta para assinalar a medida de seu pânico, de seu medo diante das ações dos bolcheviques leninistas.

Falemos com franqueza. Que direito têm os estalinistas a reclamar que a embaixada de Hitler se negue a dar notícia do paradeiro de Thaelmann, quando eles não querem revelar o que ocorreu com Rakovski? Sim. Em nome de qual concepção revolucionária?

Desenvolvamos nossa campanha. Seu passado obrigará os centristas a responder. Coloquemos o problema de Rakovski em todos os atos públicos!

Acabam de prender Victor Serge (2) em Leningrado. Mais uma vez a polícia estalinista atua nas sombras. Até agora foi impossível obter informes sobre o destino ou as razões de sua prisão. Em 1928, expulsaram Victor Serge do partido e, pouco depois, o prenderam por militar na Oposição. Foi colocado em liberdade dois meses depois, graças a uma campanha que se realizou nesse momento. Devemos levantar novamente, exigir uma prestação de contas, ajudar nossos camaradas, que estão na primeira fila do combate, contra os que preparam a ruína da Revolução de Outubro.

Riazanov(3) acaba de morrer no exílio em Saratov, para onde havia sido enviado por vingança de Stálin. Este bolchevique, este científico marxista, teve a mesma sorte de todos os comunistas intransigentes que combatem a burocracia estalinista. Morreu em seu posto, foi fiel discípulo de Marx e Engels, a serviço dessas ideias dedicou sua vida. Stálin fez tudo o possível para abreviar sua vida, já que seu objetivo continua sendo a destruição física dos bolcheviques. Depois de tratar de manchar o nome e a honra de Riazanov no “juízo menchevique”, o demitiu do Instituto Marx-Engels, que o mesmo Riazanov havia criado e organizado, e o deportou sob a vigilância policial. E Riazanov morreu

no plano de um pastelão tragicômico. A Rússia não conhecerá uma democracia burguesa florescente, mas sim a mais decadente entre as decadentes.

Não há no capitalismo da época imperialista, que se caracteriza por revoluções e contra-revoluções, nenhum país de vigorosa democracia. O nazifascismo que se forjou no entre guerras estabeleceu um marco de domínio do capital financeiro sobre os Estados nacionais. Ou seja, uma das mais avançadas democracias que o capitalismo conheceu – a República de Weimar (1919/1933) – foi destruída pelo nazifascismo para nunca mais voltar. Em toda parte, as democracias não passam de máscaras para a mais ferrenha ditadura de classe da burguesia e para o exercício da violenta opressão nacional pelo imperialismo sobre as semicolônias.

A nova geração do proletariado russo tem pela frente a tarefa de recuperar as conquistas do marxismo-leninismo-trotskismo e a rica experiência da Revolução de 1917. O Partido Comunista, no momento sob a direção de Gennadi Zyuganov, deve ser responsabilizado pela destruição da propriedade estatal e interrupção da transição para o socialismo. Não há outra saída senão recomeçar construindo um novo partido, que parta do programa bolchevique e das posições deixadas pela Oposição de Esquerda e a IV Internacional.

no exílio, enquanto os senhores Ramzin e Cia recuperaram sua liberdade e se desempenharam como engenheiros em Magnitogorsk.

Vlamar Smirnov (4), ex-dirigente da velha organização dos “decemistas”, que se aproximou da Oposição entre 1926 e 1928, também acaba de morrer no exílio.

E quantos operários revolucionários, quantos dos nossos, estão caindo agora, quando sua experiência e firmeza são mais necessárias do que nunca para a revolução?

Devemos fazer uma campanha tenaz e consequente pelos nossos camaradas encarcerados e deportados. Estamos estudando a possibilidade de criar um comitê de apoio. Mais para frente voltaremos sobre o tema.

-
- (1) Qual é a situação de Rakovski? O Militante, 8 de abril de 1933. Sem assinatura.
 - (2) Victor Serge (1890-1947): militante belga, de pais russos, foi anarquista na juventude, o que lhe valeu cinco anos de prisão. Depois da revolução, foi atraído pelo bolchevismo, emigrou para a URSS e trabalhou para a Comintern.
 - (3) David B. Riazanov (1870-1933?): historiador e filósofo marxista, menchevique internacionalista durante a Primeira Guerra Mundial se uniu aos bolcheviques em 1917. Fundou e dirigiu o Instituto Marx-Engels e se absteve de toda atividade política. No entanto, seus escrúpulos e sua seriedade a respeito da história do partido o tornou malquisto com Stálin, que ordenou que se misturasse no juízo dos integrantes de um suposto “centro menchevique”, acusado de complô contra o governo soviético para restaurar o capitalismo. Expulso do posto de diretor do Instituto Marx-Engels, foi exilado para Saratov. Trotsky afirma que morreu em 1933, outros dizem que foi em 1933 ou 1938.
 - (4) Vladimir M. Smirnov: membro do primeiro Conselho Supremo da Economia Nacional e dirigente dos decemistas.
- (Extraído da obra Escritos, León Trotsky, tomo IV, 1932-1933, vol.1)